



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 003

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 26 DE FEVEREIRO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Valdir Rossoni
PFL	Plauto Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Ratinho Júnior
PSC	Mauro Moraes

Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Guimarães - Rafael Greca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Aílton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Nelson Tureck; PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio; PTB - 05: Carlos Simões - Jocelito Canto - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Luciano Ducci - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 003ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
26 DE FEVEREIRO DE 2003**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Hermes Fonseca e Padre Paulo.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Afílton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO Nº 023/2003

Curitiba, 26 de fevereiro de 2003.

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, dirige-se à V. Exa. para comunicar sua filiação ao PTB - Partido Tra-

balhista Brasileiro no dia 22 de fevereiro passado, vindo assim a fazer parte da bancada desse partido com assento nesta Casa de Leis.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) JOCELITO CANTO

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Venho através do presente indicar os senhores deputados suplentes das Comissões Permanentes:

Comissão de Constituição e Justiça: Ratinho Júnior

Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio:

Luciano Ducci

Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicações: Luciano Ducci

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: Luciano Ducci

Comissão de Saúde Pública: Ratinho Júnior

Comissão do Mercosul: Ratinho Júnior

Atenciosamente

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 142

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, o arquivamento do Projeto de Lei nº 60/2003, tendo em vista que é proposição que trata da mesma matéria do Projeto de Lei nº 12/2003 ambos da autoria do deputado Geraldo Cartário.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 143

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121 do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 01/2003 e 18/2003, que dispõem sobre a utilização de programas abertos pela administração direta, indireta e funcional no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 160

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121 do

Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 07/2003 e 13/2003, que dispõem sobre a encampação das concessões rodoviárias no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 165

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 346 a 350 e 352 a 360/2000, que criavam cursos no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, tendo em vista que os mesmos já receberam pareceres favoráveis das Comissões Permanentes e estavam em fase de discussão e votação do douto Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a0 CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 173

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 662/2001 de autoria do Poder Judiciário, que dispõe sobre o Código de Organização Judiciária do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 148

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desentranhamento de documento do Projeto de Lei nº 694/2001, de sua autoria que estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para o consumo humano e seu padrão de potabilidade e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 170

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a constituição do Bloco Agropecuário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, composto por 15 (quinze) membros, que deverá funcionar até o final da presente legislatura e que deverá atuar em defesa do setor agropecuário do nosso Estado, realizando fóruns, seminários, simpósios, em conjunto com as demais Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa e

instituições representativas do setor existentes no Estado do Paraná e no Brasil.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(aa) ELTON CARLOS WELTER

ANTONIO ANIBELLI - Líder do PMDB

LUCIANA RAFAGNIN - Líder do PT

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Líder do PFL

NEIVO BERALDIN - Líder do PDT

ADEMAR TRAIANO - Líder do PSDB

DUÍLIO GENARI - Líder do PPB

WALDIR LEITE - Líder do PPS

RATINHO JÚNIOR - Líder do PSB

VALDIR ROSSONI - Líder do PTB

LUIZ CARLOS MARTINS - Líder do PSL

e CHICO NOROESTE - Líder do PL

REQUERIMENTO Nº 177

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, conforme prevê o artigo 62, parágrafo 3º da Constituição Estadual e artigo 34, § 5º do Regimento Interno desta Casa, REQUEREM, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, composta por nove (9) membros e com prazo de duração regimental de cento e vinte (120) dias, para apurar assuntos referentes à Copel (Companhia Paranaense de Energia) - compra e venda de ações da Sercomtel no ano de 1998 - Compra de energia elétrica pela Cien e outros - prejuízos com a horizontalização da Copel, participação e constituição em todas as subsidiárias - compra e venda de títulos e créditos tributários.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) ELZA CORREIA

Apoioamento:

Delegado Bradock, Tadeu Veneri, José Maria Ferreira, Natálio Stica, Luciana Rafagnin, Artagão Júnior, Marcos Isfer, Hermes Fonseca, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Augustinho Zucchi, Barbosa Neto, Ratinho Júnior, Padre Paulo, Neivo Beraldin, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Nereu Moura, Vanderlei Iensen, Francisco Bühner, Jocelito Canto e Alexandre Curi.

REQUERIMENTO Nº 178

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais (artigo 36 e seguintes) e legais, e conforme disposto na Constituição Estadual (artigo 62, § 3º), REQUEREM, a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) constituída por 11 (onze) membros e com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias para investigar e apurar denúncias de corrupção nas ações e/ou omissões do Governo Estadual e de terceiros favorecidos, em relação ao Banco do Estado do Paraná - Banestado, especialmente:

a) pelo fato de, conforme denúncias publicadas pela imprensa nacional através da revista IstoÉ, o Banco

ter sido o canalizador de lavagem de dinheiro para o exterior, por onde teriam passado entre 1996 e 1999 cerca de 33 bilhões de dólares.

b) em razão destes fatos foi aplicada multa de cerca de 275 mil reais, por organismos de fiscalização do Banco Central dos Estados Unidos, onde o Banestado não confessaria e nem seria punido pelos atos praticados, numa escandalosa e imoral parceria assinada em 1999 entre o Governo do Paraná e os Bancos Centrais do Brasil e dos Estados Unidos.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(aa) NELSON TURECK, FRANCISCO BÜHRER, ELTON CARLOS WELTER, HERMES FONSECA, JOCELITO CANTO, RENI PEREIRA, TADEU VENERI, CARLOS SIMÕES, ANDRÉ VARGAS, JOSÉ MARIA FERREIRA, NATÁLIO STICA, RATINHO JÚNIOR, ARTAGÃO JÚNIOR, RAFAEL GRECA, ANTONIO ANIBELLI, CHICO NOROESTE, PADRE PAULO, AUGUSTINHO ZUCCHI, ÂNGELO VANHONI, PEDRO IVO ILKIV, AILTON ARAÚJO, VANDERLEI IENSEN, DOBRANDINHO DA SILVA, CIDA BORGHETTI, LUCIANA RAFAGNIN, NEIVO BERALDIN, ALEXANDRE CURI, BARBOSA NETO, DELEGADO BRADOCK, RENATO GAÚCHO, MARCOS ISFER, MAURO MORAES, WALDIR LEITE, ELZA CORREIA, PASTOR EDSON PRACZYK E 2 ILEGÍVEIS.

JUSTIFICATIVA:

Nosso Estado sofreu um verdadeiro desmonte durante o último Governo (1994 e 2002). Esta Casa de Leis, como poder constituído para fiscalizar as ações e/ou omissões, não pode ficar inerte em relação a esta tarefa. Acima de tudo está o interesse público, pois um povo merece ser informado, de todos os atos praticados pelos seus governantes.

Recentemente, mais um fato desabonador do Governo antecedente, foi focalizado pela imprensa nacional através de matéria publicada pela revista "ISTOÉ" e depois repercutida em emissoras de Rádio e Televisão, onde o Banestado teria sido o canalizador de lavagem de dinheiro para o exterior, por onde teriam passado entre 1996 e 1999 cerca de 33 bilhões de dólares.

Devemos recordar que em 1998, 50% da arrecadação do Estado foi representada por operações de crédito, totalizando 5,4 bilhões de reais. Deste total, 5,1 bilhões de reais foram incorporadas ao Banestado, conforme contrato de saneamento do Banco. A cláusula 3A, alínea "d" do contrato de saneamento do Banestado, previu que os 5,1 bilhões de reais fossem aplicados da seguinte forma:

- aumento de capital no Banestado - R\$3,6 bilhões;
- aquisição de ativos do Banco - R\$1,5 bilhões.

Também compuseram o saneamento do Banestado, títulos da dívida pública, totalizando 428 milhões, os

conhecidos "títulos podres", adquiridos dos Estados de Alagoas, Pernambuco, Santa Catarina e municípios de Guarulhos e Osasco do Estado de São Paulo. Para fechar a conta, lembramos também dos valores da aplicação de créditos de baixa liquidez, totalizando cerca de 273 milhões de reais.

Com isso, o total geral dos recursos do saneamento do Banestado foi de 5,625 bilhões de reais, ou seja, o Estado gastou o dinheiro que deveria ser investido na nossa terra para "preparar" o Banco para venda. Jamais estes títulos serão recebidos pelo mercado pelo seu valor de aquisição, e sim, devem sofrer um desconto de cerca de 80%, como é a praxe do mercado de capitais, haja vista se tratarem de títulos duvidosos.

É clarividente o prejuízo que o governo do Estado causou aos paranaenses quando do saneamento do Banestado.

Tanto é verdade que os técnicos do Tribunal de Contas, ao analisarem esta situação concluíram, que, os títulos podres ao não serem recebidos pelo seu valor originário: "No mínimo, pelo valor da compra, significará que o ativo do Estado estará superestimado", palavras dos técnicos do Tribunal de Contas.

A matemática não deixa dúvida, o governo Lerner pagou 4,025 bilhões de reais para entregar o Banestado numa verdadeira negociata ao Banco Itaú. Além de perder um dos seus maiores símbolos de desenvolvimento, restou uma dívida de 30 milhões de reais ao mês, por longos 30 anos, a ser paga pelo povo paranaense.

Nos últimos dias foi divulgado que o órgão de regulação e supervisão dos Bancos estrangeiros do Departamento de Tesouro dos Estados Unidos, aplicou uma multa de US\$75 mil dólares, mais de R\$275 mil reais, à agência de Nova Iorque do Banestado, por ter movimentado mais de US\$30 bilhões de dólares, provenientes de contas CC-5 (de não-residentes) entre 1996 e 1999; num grande esquema de lavagem de dinheiro.

Uma conclusão já é possível que se tenha de todo este episódio: o Banco Central do Brasil, como agente normatizador e fiscalizador das atividades das instituições financeiras no país, no mínimo foi omissor em relação às operações do Banestado.

Ressalte-se que o próprio Banco Central admite que em 1995, fez a primeira fiscalização internacional, em Nova Iorque e em Londres. essa fiscalização foi repetida em 1996. Nos dois anos, o Banco Central esteve na agência do Banestado de Nova Iorque e percebeu que ela tinha um pequeno volume de ativos e poucas operações de crédito, mas obtinha uma rentabilidade muito grande com a cobrança de taxas de serviços.

Com espírito público elevado, no exercício pleno da democracia, precisamos dar uma satisfação à sociedade paranaense que nos honrou como o mandato popular sempre em defesa de seus interesses.

BREVE HISTÓRICO DA PRIVATIZAÇÃO DO BANESTADO

1999	
Incorporações de ativos	R\$ 1.500.779.000,00
Integralização de Capital	R\$ 3.696.850.000,00
Títulos encampados	R\$ 428.153.000,00
Total	R\$ 5.625.782.000,00

2000	
Capital Social	R\$ 3.988.912.000,00
Prejuízo em 1997	R\$ 278.652.000,00
Prejuízo em 1998	R\$ 2.860.629.000,00
Prejuízo em 1999	R\$ 535.241.000,00
Prejuízo acumulado	R\$ 3.501.650.000,00
Patrimônio Líquido em 31/03/2002	R\$ 554.389.000,00
Valor econômico mínimo da avaliação	R\$ 434.887.000,00
Valor mínimo fixado pelo Estado	R\$ 434.887.000,00
Valor da alienação - parte do Estado	R\$ 1.568.377.000,00

REQUERIMENTO Nº 179

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) composta por sete membros, edis desta Casa, para que, no prazo regimental de 120 dias (cento e vinte dias) procedam investigações, apurações e diligências sobre os procedimentos de concessão, privatização, pedágio e contratos das rodovias estaduais e federais que cortam o Estado do Paraná, e ao final apresentem relatório a este Plenário sobre as possíveis irregularidades, pois trata-se de assunto do maior interesse da comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(aa) NATÁLIO STICA, FRANCISCO BÜHRER, RENI PEREIRA, MARCOS ISFER, NEREU MOURA, DOBRANDINO DA SILVA, RATINHO JÚNIOR, DELEGADO BRADOCK, ELZA CORREIA, WALDIR LEITE, JOSÉ MARIA FERREIRA, ÂNGELO VANHONI, ARTAGÃO JÚNIOR, AUGUSTINHO ZUCCHI, ANTONIO ANIBELLI, LUCIANA RAFAGNIN, CARLOS SIMÕES, ANDRÉ VARGAS, NEIVO BERALDIN, AÍLTON ARAÚJO, JOCELITO CANTO, MAURO MORAES, RENATO GAÚCHO, ALEXANDRE CURI, HERMES FONSECA, TADEU VENERI, ARLETE CARAMÊS, ELTON CARLOS WELTER, VANDERLEI IENSEN, BARBOSA NETO, PADRE PAULO, PASTOR

EDSON PRACZYK, ADEMIR BIER E 01 ILEGÍVEL.

REQUERIMENTO Nº 180

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 36 e seus parágrafos, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUEREM, a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI para investigar na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - Sedu, o programa Paranacidade, conforme se segue:

01) os contratos de financiamentos e repasses de recursos firmados entre o Estado e os municípios, e os seus órgãos afins, até a presente data;

02) o desempenho e o fluxo de financiamentos do Tesouro do Estado e os externos com os seus respectivos pagamentos;

03) as análises da capacidade de endividamento dos municípios;

04) os critérios para a transferência de recursos a fundo perdido;

05) e, a avaliação da importância sócio-econômica da obra financiada.

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Sedu/Paranacidade, será formada por sete deputados e terá o prazo de duração de cento e vinte (120) dias que serão contados a partir da sua instalação, podendo ser prorrogada por mais a metade do tempo, conforme está previsto no artigo 36, §§ 3º e 5º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(aa) ÂNGELO VANHONI, ARTAGÃO JÚNIOR, NEIVO BERALDIN, AUGUSTINHO ZUCCHI, VANDERLEI IENSEN, BARBOSA NETO, ELTON CARLOS WELTER, LUCIANA RAFAGNIN, HERMES FONSECA, RENATO GAÚCHO, JOCELITO CANTO, RAFAEL GRECA, JOSÉ MARIA FERREIRA, ANDRÉ VARGAS, PEDRO IVO ILKIV, ARLETE CARAMÊS, DELEGADO BRADOCK, CHICO NOROESTE, PADRE PAULO, NEREU MOURA, PASTOR EDSON PRACZYK, NATÁLIO STICA E 01 ILEGÍVEL

REQUERIMENTO Nº 181

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, conforme prevê o artigo 62, § 3º da Constituição Estadual e artigo 34, § 5º do Regimento Interno desta Casa, REQUEREM, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, composta por sete (07) membros e com prazo de duração regimental de cento e vinte (120) dias para investigar, apurar e apresentar relatório ao Plenário, de fatos referentes à I Edição dos Jogos Mundiais da Natureza, por tratar-se de assuntos de grande interesse da Comunidade Para-

naense e por pesar sobre o evento denúncias sobre má aplicação de recursos públicos.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(aa) JOCELITO CANTO, NATÁLIO STICA, ADEMIR BIER, MAURO MORAES, DELEGADO BRADOCK, NEREU MOURA, JOSÉ MARIA FERREIRA, DOBRANDINO DA SILVA, RATINHO JÚNIOR, ANDRÉ VARGAS, ELZA CORREIA, BARBOSA NETO, VANDERLEI IENSEN, ÂNGELO VANHONI, RENI PEREIRA, AUGUSTINHO ZUCCHI, CARLOS SIMÕES, NEIVO BERALDIN, RENATO GAÚCHO, HERMES FONSECA, FRANCISCO BÜHRER, ARTAGÃO JÚNIOR, ELTON CARLOS WELTER, ARLETE CARAMÊS, PADRE PAULO, ALEXANDRE CURI, MARCOS ISFER, CHICO NOROESTE, WALDIR LEITE, PASTOR EDSON PRACZYK, LUCIANA RAFAGNIN, ANTONIO ANIBELLI, AÍLTON ARAÚJO E 3 ILEGÍVEIS.

REQUERIMENTO Nº 152

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Orestes Capingotto, ocorrido dia 24.02.2003.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26.02.2003

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No dia 24 último faleceu, aos 83 anos de idade, o senhor Orestes Capingotto, que era pai do vereador José Odair Capingotto, de Capitão Leônidas Marques.

O extinto deixa viúva dona Adulce Morier Nardi Capingotto. Deixou 05 filhos e 10 netos.

O passamento do Orestes veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre eles, este parlamentar. Sua família, a família que adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória. Aceite, pois, amigo Orestes, nossas despedidas comovidas e a prece que dirigimos ao Todo-Poderoso, para que lhe dê o merecido repouso.

Aos nossos amigos, familiares do senhor Orestes, pedimos a Deus que encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Capingotto, endereçando a ela votos de profundo pesar, rogando ao Pai do céu que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 172

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal José Carlos Dalla Stella e Vera Lúcia Santana da Silva Dalla Stella, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando “Bodas de Prata”. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 182

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, pede à egrégia Assembléia Legislativa seja inserido nos Anais da presente Sessão, voto de congratulações à Arquidiocese de Curitiba, na pessoa de seu venerável Arcebispo Dom Pedro Fedalto e de seus Bispos Auxiliares Dom Ladislau Biernaski e Dom Sérgio Braschi, pela ordenação sacerdotal dos reverendos padres Rivalet de Jesus Nascimento, Dirley Moreira, Maurício Gomes dos Anjos, Adenildo Godoy Barbosa, Pedro César Pereira.

Sejam estes votos extensivos às comunidades cristãs de Paróquia Nossa Senhora da Conceição, em Palmeira, Paróquia Santana, em Curitiba, Comunidade de Nossa Senhora de Marienthal, na Lapa, Seminário de Filosofia Bom Pastor da Colônia Orleans, em Curitiba, e Paróquia Nossa Senhora da Piedade, em Campo Largo.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A ordenação de novos padres melhora a sociedade paranaense. Amplia o trabalho pastoral da Igreja Católica. Cria novas oportunidades de ação cristã pela fé, contra a fome, a favor da vida, da educação, da igualdade de oportunidades para todos, contra as drogas, promotora do esporte saudável, da juventude sadia, da família sólida e unida, e da velhice valorizada e protegida. Enfim, dos valores do Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo.

O pastor é um confessor e companheiro que faz companhia aos solitários, e a solidão é um mal crescente nas nossas grandes cidades tão egoístas, dá a possibilidade do arrependimento no erro, e de consolo na aflição e misericórdia na dor.

O júbilo não é confessional, é ecumênico e civil, porque todos os pastores cristão bem formados - vistos tal qual educadores, agentes de promoção social e cultu-

ral, promotores da não-violência, paladinos da misericórdia e da compreensão - melhoram a sociedade e o mundo.

Dado na Sala de Sessões, aos 26 dias de fevereiro de 2003, nos 150 anos da emancipação política do nosso Paraná.

REQUERIMENTO Nº 169

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Conselho de Entidades Sociais do Paraná pelos relevantes serviços prestados em prol da população paranaense e, que no próximo dia 11 de março, completará 15 anos de existência. Desde a sua fundação, vem desempenhando com brilhantismo, apesar de todas as dificuldades conhecidas na luta pela obtenção de recursos e proventos, sua função social de dar assistência à população carente.

O Consep procura concretizar, através de uma rede com as entidades filiadas, uma ação organizada e representativa com realizações mensais de assembleias gerais, exercitando a dinâmica do fórum de debates, trocas de experiências, recursos e motivação de trabalho, sempre pensando na defesa dos direitos inalienáveis da população paranaense.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 137

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, secretário de Estado da Saúde, para que adote as providências necessárias para agilizar o encaminhamento para a conclusão das obras, aquisição de equipamentos e repasse de recursos financeiros para a Santa Casa de Paranavaí.

Esta solicitação decorre da difícil situação em que se encontra a Santa Casa. Hospital com função regional, que hoje serve de referência para vinte e oito dos vinte e nove municípios da região, e realiza aproximadamente quinhentos internamentos por mês, vem se mantendo em funcionamento graças ao grande empenho da comunidade e dos prefeitos da região, não negligenciando, embora a duras penas, os atendimentos de urgência e emergência para os doentes do Sistema Único de Saúde.

Ocorre que, frente ao compromisso de campanha do governador eleito, assumido aliás com grande sensibilidade e sentido de justiça, de resolver o problema da Santa Casa até trinta dias após sua posse, houve um natural arrefecimento do esforço das forças loco-regionais, que vinham sustentando o precário porém eficaz arranjo sobre o qual até então se assentava a sustentabilidade daquela casa hospitalar. Desta forma, no mês de janeiro a crise aprofundou-se sobremaneira e a prometida solução não aconteceu.

Fevereiro finda, e não obstante a enfática reafirmação do Exmo. Sr. governador, por ocasião de seu pronunciamento na abertura dos trabalhos desta Legislatura, quando disse já ter determinado a solução do problema, mais uma vez “a tão aguardada” não ocorreu.

Desta forma, obsequiosamente requero, em virtude do agravamento da situação que se anuncia, que o Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde informe a esta Assembléia Legislativa, que providência já adotou com relação à Santa Casa de Paranavaí e qual o cronograma que seguirá até a solução total do problema.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) LUCIANO DUCCI

REQUERIMENTO Nº 147

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário Estadual de Obras, para que seja recuperado com urgência o trecho de estrada que liga o distrito de Lerroville até a Reserva Indígena Salto Apucarantina no município de Londrina.

O presente requerimento deve-se pelo início da safra agrícola, pois estando em péssimas condições o trecho citado, causa inúmeros transtornos além de prejuízos aos agricultores da região.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 149

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, vem REQUERER envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, secretário da Segurança Pública, Sr. Roberto Requião, solicitando envio a esta Casa da cópia dos documentos dos contratos das empresas privadas que estão administrando as penitenciárias industriais.

Requer, ainda, cópia dos documentos, contados entre o Estado do Paraná e as empresas privadas que contratam os “agentes disciplinares”, pessoas que exercem as funções dos agentes carcerários nas penitenciárias do Estado do Paraná. Requer também informações a respeito da atual situação de empenho e pagamento desses contratos.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento visa esclarecer a forma e a atual situação das terceirizações no sistema penitenciário paranaense, em especial da contratação de agentes disciplinares para funções públicas de agentes carcerários. O presente requerimento encontra guarida nas Constituições Federal e Estadual, no Regimento Interno desta Casa, bem como na política de transparência e democracia do atual governo estadual.

REQUERIMENTO Nº 150

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado estadual que este subscreve, REQUER o envio de expediente ao senhor governador do Estado, Roberto Requião, com cópia aos dirigentes e professores da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, - manifestando apoio desta Assembléia à entrega do prédio do chamado Museu de Artes Contemporânea do Paraná àquela Instituição de Ensino Superior de Belas Artes, conforme aspiração do Centro Acadêmico e da comunidade curitibana.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Curitiba e o Estado do Paraná contam, há poucos meses, com a nova realidade do agora denominado Museu Oscar Niemeyer - bem cultural de aproximadamente colossais 150 mil metros quadrados de área útil, destinados à promoção de todas as belas artes, inclusive, e, sobremaneira, da produção contemporânea. Não se justifica a manutenção de um exíguo espaço como o antigo MAC, na Praça Conselheiro Zacharias. Nada mais justo que sua entrega à educação e formação de futuros artistas, como espaço cultural de exposição de arte e, agora, de instrução para a arte.

Ganha a tradicional Embap, ganha a nossa Capital. Afinal, até a revitalização urbanística e cultural do centro da cidade de Curitiba cresce com a presença de uma escola superior naquela movimentada praça popular.

Ganha a cultura brasileira; pois é dever de todos, artistas, políticos e animadores culturais, assumirem o espaço do Museu Niemeyer, tornando-o referência nacional e internacional. À cultura do investimento de recursos públicos lá realizado - que pode ser discutido, mas não pode ser cancelado, e, deve ser aproveitado, na geração de empregos e renda, através do turismo.

REQUERIMENTO Nº 161

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao senhor governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, solicitando, em caráter de urgência, a abertura da nova penitenciária de Ponta Grossa tendo em vista que a situação do cadeia de Santa Maria, que abriga os presos do município e região, ter se tornado insustentável devido à superlotação, chegando ao ponto de haver necessidade de revezamento dos detentos para dormir por falta de espaço nas celas, o que transforma o local em foco eminente de rebeliões.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 162

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, vem perante V. Exa. para REQUERER, após ouvido o douto Plenário desta Casa, o envio de expediente ao Ilmo. Sr. Dr. Juliano Maciel, digno superintendente regional da Polícia Federal, solicitando a designação de delegado especial para atuar no caso do atentado ao presidente da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, vereador Adilson Rabelo, que na última data de 24 de fevereiro foi alvejado por dois disparos de arma de fogo.

Tal solicitação funda-se no fato de que toda a população da cidade de Foz do Iguaçu encontra-se estarecida pelo ato criminoso, clamando pela participação da Polícia Federal, a fim de que providências urgentes sejam tomadas, com vistas ao solucionamento do caso e prisão dos envolvidos.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 163

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, vem perante V. Exa., para REQUERER, após ouvido o douto Plenário desta Casa, o envio de expediente a Ilma. Sra. Maria Tereza Uille, digna procuradora-geral de Justiça, solicitando a designação de promotor especial para atuar no caso do atentado ao presidente da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, vereador Adilson Rabelo, que na última data de 24 de fevereiro foi alvejado por dois disparos de arma de fogo.

Tal solicitação funda-se no fato de que toda a população da cidade de Foz do Iguaçu encontra-se estarecida pelo ato criminoso, clamando que providências urgentes sejam tomadas, com vistas ao solucionamento do caso e prisão dos envolvidos.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 171

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de atender o pedido da Sra. Maria Benedita Dorte, residente à Rua Erval Velho nº 327 - Bairro CIC - Jardim Izaura, que pede a implantação de rede de esgoto na rua em que reside, tendo em vista os moradores locais estarem desprovidos de tal benefício.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 279-2848.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 141

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência aos secretários de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Luiz Eduardo Cheida e secretário de Estado do Turismo, José Cláudio Rorato, solicitando seja informado a este parlamentar, quanto foi investido em recursos financeiros, no Parque Estadual de Vila Velha, nos últimos oito anos, acompanhando cópia das licitações ou, em caso de inexistência, de comprovantes de pagamento.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 145

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de pedido de esclarecimento ao secretário de Estado da Saúde, Claudio Murilo Xavier, com relação ao Convênio nº 179/97, firmado em 01 de julho de 1997, com o município de Campina do Simão, objetivando a construção de um posto de saúde, tendo em vista a sua paralisação.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente à Prefeitura Municipal de Campina do Simão.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 157

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de pedido de esclarecimento ao secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Ortêncio Pugliesi, com relação ao Convênio nº 144/98 firmado em 01 de julho de 1998, com o município de Campina do Simão, objetivando a execução dos serviços de terraplenagem complementar e pavimentação da rodovia rural municipal Cerro Verde, com 12,80 km de extensão, integrante do programa Paraná + Transporte - Caminhos da Educação e da Produção, tendo em vista as obras estarem paralisadas.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente à Prefeitura Municipal de Campina do Simão.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

Projetos de Lei:**PROJETO DE LEI Nº 065/2003**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o "Comitê de Solidariedade dos Funcionários da Sercomtel", com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Comitê de Solidariedade dos Funcionários da Sercomtel é uma instituição interna oficial, sem fins lucrativos, tendo como objetivo organizar os empregados das empresas Sercomtel S.A. - Telecomunicações e Sercomtel Celular S.A., visando desenvolver nos mesmos a consciência para a prática de serviços de natureza filantrópica, promovendo campanhas para a melhoria da qualidade de vida de pessoas carentes da sociedade londrinense; promovendo ações visando minorar carências no setor de saúde de crianças e idosos, através de auxílio a creches, asilos e outras entidades, bem como promover campanhas para arrecadar e distribuir alimentos, agasalhos, cobertores, medicamentos, cadeiras de rodas, equipamentos ortopédicos para as famílias carentes, entre outras atividades.

PROJETO DE LEI Nº 066/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ONG S.O.S. Cultura, localizada à Rua Eduardo Gineste, 455 - Santa Quitéria, nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

A ONG S.O.S. Cultura é uma Organização Não Governamental, localizada no Bairro Santa Quitéria em Curitiba, fundada no ano de 1999.

Sociedade civil sem fins lucrativos, atua em todo o território nacional e internacional, promovendo cursos de idiomas, artes cênicas, pintura e dança, entre outros, para pessoas providas das camadas sociais de baixa renda.

Dentro desta filosofia, a ONG S.O.S. Cultura tem desenvolvido diversas atividades ligadas à área cultural e tem se mantido com o auxílio da população, além de ações da iniciativa privada que vêm proporcionar à instituição a possibilidade de promover projetos como o Padrinho Cultural, que já recebeu premiações e teve inclusive CD lançado em Curitiba e São Paulo.

Pela análise da documentação acostada, pode ser comprovado o elevado caráter social da Instituição, pelo que solicitamos o apoio dos nobres pares para sua declaração de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 067/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a construção da Pequena Central Hidrelétrica Invernadinha, localizada no Rio Marrecas, coordenadas UTM N 7.127.050 E 384.750 (Fuso 22) ou coordenadas geográficas 26º01'43" (latitude sul) e 52º10'31" (longitude oeste).

Art. 2º - A construção da Pequena Central Hidrelétrica mencionada no artigo 1º desta lei, está condicionada ao cumprimento das normas ambientais emanadas pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A crise energética que o País atravessa é a justificativa mais evidente da compatibilidade do presente empreendimento. Um exemplo é a concordância com os objetivos do Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica, recentemente estabelecido pela medida provisória nº 2.152-2, de 1º de julho de 2001, que cria a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica. Esta tem a incumbência de incentivar a oferta de energia elétrica na malha energética, limitar o uso dos recursos hídricos, priorizando o consumo humano e a geração de energia, entre outras prioridades. Nos aspectos ambientais, a conclusão do empreendimento trará melhorias concomitantes aos objetivos e ações de diversos programas governamentais, nos setores de agricultura (manejo e conservação de solos, Paraná 12 Meses), saúde, educação, saneamento, meio ambiente (monitoramento ambiental), entre outros.

Nas medidas e programas ambientais são previstas ações de monitoramento e controle ambiental fundamentais para a segurança do empreendimento e mitigação, e/ou compensações e impactos. Um exemplo marcante disto é o monitoramento do uso do solo, que, para as condições ambientais da bacia, é fundamental sua conservação do risco de assoreamento.

Em relação à água, também pode se adiantar que entre as medidas previstas está o monitoramento e controle da qualidade da água, onde a ação incisiva para a ampliação dos sistemas do tratamento de efluentes será constante.

PROJETO DE LEI Nº 068/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a construção da Pequena Central Hidrelétrica Bedin, localizada no Rio Santana, coordenadas UTM N 7.113.250 E 305.660 ou coordenadas geográficas 26º05'03" (latitude sul) e 52º57' (longitude oeste).

Art. 2º - A construção da Pequena Central Hidrelétrica mencionada no artigo 1º desta lei, está condicionada ao cumprimento das normas ambientais emanadas pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A crise energética que o País atravessa é a justificativa mais evidente da compatibilidade do presente empreendimento. Um exemplo é a concordância com os objetivos do Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica, recentemente estabelecido pela medida provisória nº 2.152-2, de 1º de julho de 2001, que cria a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.

Esta tem a incumbência de incentivar a oferta de energia elétrica na malha energética, limitar o uso dos recursos hídricos, priorizando o consumo humano e a geração de energia, entre outras prioridades. Nos aspectos ambientais, a conclusão do empreendimento trará melhorias concomitantes aos objetivos e ações de diversos programas governamentais, nos setores de agricultura (manejo e conservação de solos, Paraná 12 Meses), saúde, educação, saneamento, meio ambiente (monitoramento ambiental), entre outros.

Nas medidas e programas ambientais são previstas ações de monitoramento e controle ambiental fundamentais para a segurança do empreendimento e mitigação, e/ou compensações e impactos. Um exemplo marcante disto é o monitoramento do uso do solo, que, para as condições ambientais da bacia, é fundamental sua conservação do risco de assoreamento.

Em relação à água, também pode se adiantar que entre as medidas previstas está o monitoramento e controle da qualidade da água, onde a ação incisiva para a ampliação dos sistemas do tratamento de efluentes será constante.

PROJETO DE LEI Nº 069/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica acrescida a alínea “b” ao inciso III do art. 14 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, com a seguinte redação:

“Art. 14 - ...

III - alíquota de 7% (sete por cento) para as operações com:

...

b) alho;

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro reduziram para 7% a carga tributária do ICMS nas operações com alho, há necessidade de dar tratamento tributário isonômico aos contribuintes paranaenses, especialmente no caso de importação, pois caso contrário as importações passarão a ser feitas por outros Estados, com perda de arrecadação para o Estado do Paraná, além de diminuição econômica do setor correspondente.

PROJETO DE LEI Nº 070/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Centro de Convivência da 3ª Idade, com sede no município de Guairacá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sua sede e foro na Rua Marília, 919 - Centro, em Guairacá, é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos de caráter filantrópico e de assistência social.

O Centro de Convivência da 3ª Idade de Guairacá tem por objetivo a integração da pessoa idosa na sociedade, com a realização de atividades que visam o bem-estar dos idosos e também acompanhamento médico e psicológico dos associados.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa

reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 071/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Paranaense de Portadores de Parkinsonismo, com sede no município de Curitiba - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) LUCIANO DUCCI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Paranaense dos Portadores de Parkinsonismo (APPP) é uma associação civil, sem fins lucrativos com duração por tempo indeterminado fundada em 02 de dezembro de 2000, com sede na rua João Negrão, 539, conjunto 01, no centro do município de Curitiba - PR.

Trata-se de entidade que tem por finalidade congregar as pessoas portadoras da Síndrome de Parkinson, acompanhar seu estado de saúde, promover a integração e promoção social e desenvolver atividades e serviços de assistência. Faz parte de seus objetivos, desenvolver grupos de apoio, inclusive com o envolvimento dos familiares, além de elaborar publicações de caráter informativo à população divulgando e sensibilizando a opinião pública e os meios de comunicação sobre a síndrome e seus sintomas.

A Associação, também, possui a função de representar seus associados judicial e extrajudicialmente na defesa de seus direitos constitucionais relativos à atenção integral, ao tratamento e garantia de medicamentos necessários.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido por esta associação que até o final do ano de 2002 somou mais de 2000 atendimentos através de trabalho totalmente voluntário, observamos a relevância social e o reconhecimento da população do Paraná, que necessita contar com a continuidade dos benefícios.

Assim sendo, entendemos que ela faz jus ao título de Utilidade Pública, como reconhecimento aos bons serviços prestados à população.

REQUERIMENTO Nº 072/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública o Lar Comunitário dos Velhinhos - LCV, com sede no município de São José da Boa Vista e foro no município de Wenceslau Braz.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O Lar Comunitário dos Velhinhos - LCV, com sede no município de São José da Boa Vista e foro no município de Wenceslau Braz, entidade filantrópica sem fins lucrativos, fundada em 05 de setembro de 1984, tem o objetivo de amparar e proteger a pessoas de ambos os sexos, com mais de 60 anos de idade, sem amparo familiar, incapazes para o trabalho, sem distinção de raça, cor ou religião.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 073/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a construção da Pequena Central Hidrelétrica de Santa Clara I, a ser implantada no Rio Jordão, na divisa dos municípios de Cândói e Pinhão, conforme autorização de exploração outorgada pela Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica, em 18/12/2002, através da Resolução 757.

Art. 2º - A construção da Pequena Central Hidrelétrica, mencionada no artigo 1º desta lei, está condicionada ao cumprimento das formas ambientais emanadas do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, nos termos da lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição, atendendo solicitação da Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S/A, entidade sediada no Estado do Paraná, que tendo vencido licitação convocada pela Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica, é concessionária da União Federal para Exploração do Complexo Energético Fundão Santa Clara, formado por duas usinas de Fundão e Santa Clara, situadas no território do Estado do Paraná.

As Pequenas Centrais Hidrelétricas do Fundão I e Santa Clara I já tiveram suas autorizações de exploração outorgadas a Elejor pela Aneel em 18/12/2002, através da Resolução nº 753 para a PCH Fundão I e da Resolução 757 para a PCH Santa Clara I.

A exemplo de como se procedeu em relação às Usinas Principais - cuja construção e instalação foi autorizada por esta Casa nas Leis nºs 13.524 e 13.525/2002 - foi protocolado no Instituto Ambiental do Paraná - IAP, na data de 27 de novembro de 2002, a "Solicitação de Licença Prévia das Pequenas Centrais Hidrelétricas de Fundão e Santa Clara", sob os protocolos nºs 5.330.039-1

e 5.330.040-5, respectivamente, sendo assim estamos apresentando a presente proposição para submeter à alta apreciação desta Casa de Leis, a fim de que se cumpra o artigo 209 da Constituição do Estado do Paraná que assim expressa:

"Art. 209 - Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termelétricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico e impacto ambiental e aprovação da Assembléia Legislativa; a de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária".

PROJETO DE LEI Nº 074/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a construção da Pequena Central Hidrelétrica de Salto Jardim, a ser implantada no Rio Jangada, na Bacia do Rio Iguaçu, na divisa dos municípios de Porto Vitória e General Carneiro, latitude 26º14'33" S, longitude 51º16'33" W.

Art. 2º - A construção da Pequena Central Hidrelétrica, mencionada no artigo 1º desta lei, está condicionada ao cumprimento das formas ambientais emanadas do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, nos termos da lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Getco - Geração de Energia e Transmissão Ltda., com domicílio em Porto Vitória, já apresentou solicitação de licenciamento para construção da PCH entre Porto Vitória e General Carneiro ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, que informou que deverá ser apresentado Anuência Prévia da Assembléia Legislativa do Estado, para o prosseguimento do trâmite do processo, de acordo com o art. 209 da Constituição Estadual:

"Art. 209 - Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termelétricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico e impacto ambiental e aprovação da Assembléia Legislativa; a de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária".

Sendo assim, estamos apresentando a presente proposição e esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da mesma.

PROJETO DE LEI Nº 075/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a construção da Pequena Central Hidrelétrica de Fundão I, a ser implantada no Rio

Jordão, na divisa dos municípios de Pinhão e Foz do Jordão, conforme autorização de exploração outorgada pela Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica, em 18/12/2002, através da Resolução 753.

Art. 2º - A construção da Pequena Central Hidrelétrica, mencionada no artigo 1º desta lei, está condicionada ao cumprimento das formas ambientais emanadas do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, nos termos da lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição, atendendo solicitação da Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S/A, entidade sediada no Estado do Paraná, que tendo vencido licitação convocada pela Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica, é concessionária da União Federal para Exploração do Complexo Energético Fundão Santa Clara, formado por duas usinas de Fundão e Santa Clara, situadas no território do Estado do Paraná.

As Pequenas Centrais Hidrelétricas do Fundão I e Santa Clara I já tiveram suas autorizações de exploração outorgadas a Elejor pela Aneel em 18/12/2002, através da Resolução nº 753 para a PCH Fundão I e da Resolução 757 para a PCH Santa Clara I.

A exemplo de como se procedeu em relação às Usinas Principais - cuja construção e instalação foi autorizada por esta Casa nas Leis nºs 13.524 e 13.525/2002 - foi protocolado no Instituto Ambiental do Paraná - IAP, na data de 27 de novembro de 2002, a "Solicitação de Licença Prévia das Pequenas Centrais Hidrelétricas de Fundão e Santa Clara", sob os protocolos nºs 5.330.039-1 e 5.330.040-5, respectivamente, sendo assim estamos apresentando a presente proposição para submeter à alta apreciação desta Casa de Leis, a fim de que se cumpra o artigo 209 da Constituição do Estado do Paraná que assim expressa:

"Art. 209 - Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termelétricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico e impacto ambiental e aprovação da Assembleia Legislativa; a de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária".

PROJETO DE LEI Nº 076/2003

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, no âmbito do Estado do Paraná, o Programa Estadual de Bolsa de Estudo, objetivando beneficiar estudantes de situação econômica menos privilegiada e que cursam instituições de ensino superior públicas e privadas.

Art. 2º - O Programa Estadual de Bolsa de Estudo será coordenado e supervisionado pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que promoverá processo seletivo dos candidatos à percepção de estudo, levando em conta a renda familiar e número de membros da família, entre outros requisitos, que serão regulamentados pelo Poder Executivo.

Art. 3º - A bolsa de estudo, de que trata esta lei terá valor mensal equivalente a dois (dois) salários-mínimos, para proporcionar a manutenção dos estudantes nos cursos de graduação.

Parágrafo único - Perderá o direito da percepção da Bolsa de Estudo o estudante que não apresentar desempenho condizente obedecendo normas e mecanismos a serem regulamentados pelo Poder Executivo, conforme o mencionado no artigo 2º.

Art. 4º - Os recursos para o Programa Estadual de Bolsa de Estudos serão oriundos do Tesouro do Estado e outras fontes, mediante convênios com a União, municípios, entidades governamentais ou não governamentais, nacionais ou estrangeiras.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) CHICO NOROESTE.

JUSTIFICATIVA:

Sendo a educação dever do Estado e direito do cidadão, ela visa proporcionar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Contudo, o cidadão só terá efetivado o seu direito à educação se houver igualdade de condições para o acesso e, principalmente, permanência nas instituições escolares desde o Ensino Fundamental até a Universidade.

Cabe ao Estado garantir ao cidadão paranaense o acesso aos níveis mais elevados do ensino, conforme preceitua o inciso V do art. 179 da Constituição Estadual.

Estamos apresentando a presente proposta de lei, criando o Programa Estadual de Bolsa de Estudo, imbuídos desta garantia constitucional já que a realidade social diverge bastante do intuito do legislador constitucional. Através desta proposição pretendemos proporcionar aos estudantes universitários tornar realidade o sonho de cursar uma universidade, melhorar sua qualidade de vida e conseqüentemente, de toda a comunidade que se beneficiará de sua formação profissional.

PROJETO DE LEI Nº 077/2003

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Centro de Educação Infantil - Abac, com sede em Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Educação Infantil - Abac, é uma entidade social, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, assistencial e promocional, fundada no ano de 1985, em Londrina-Paraná.

É uma entidade assistencial que presta serviços junto aos menores carentes, educando-os e orientando-os, com o objetivo de integrá-los à sociedade. Além disso, estuda o problema social, envolvendo os menores e seus familiares, através da orientação técnica e adequada.

Os resultados do trabalho desenvolvido pela ABAC pode ser visto concretamente na sociedade londrinense. Frente a isto, acreditamos que aprovando Lei de Utilidade Pública Estadual estaremos contribuindo com a família paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 078/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Passa a fazer parte do calendário de comemorações oficiais do Estado do Paraná a Semana da Paz.

Art. 2º - Na Semana da Paz serão desenvolvidas ações educativas, com o envolvimento das instituições de ensino, em todos os graus, na discussão sobre a violência e suas causas, com incentivo ao desenvolvimento de pesquisas e estudos que apontem opções e soluções inovadoras contra a violência.

Art. 3º - O Executivo coordenará, na Semana da Paz, campanha de desarmamento entre estudantes, policiais e toda a sociedade organizada.

Art. 4º - Fica instituída e adotada a bandeira da paz, que deverá ser escolhida por meio de concurso público a ser realizado pelas Secretarias Estaduais de Cultura e de Educação.

Art. 5º - Na Semana da Paz, haverá em todo Estado confraternização, com atividades artísticas, científicas, esportivas e religiosas, devendo as escolas, os museus, as bibliotecas, as instituições educacionais, científicas e artísticas estaduais e outros públicos hastearem a bandeira da paz.

Art. 6º - A Semana da Paz homenageará a cada ano um cidadão paranaense que se tenha destacado na promoção da paz no Estado ou fora dele.

Art. 7º - A Secretaria Estadual da Cultura, em conjunto com a Secretaria Estadual da Educação, deverá

constituir uma Comissão Especial para organizar a Semana da Paz composta por:

I - 01 representante do Executivo, indicado pelo governador;

II - 01 representante do Legislativo, indicado pelo seu presidente;

III - 05 representantes de entidades da sociedade civil nomeados pelo governador.

Art. 8º - Caberão à Secretaria Estadual da Cultura e à Secretaria Estadual da Educação as demais normas e providências para a implantação e o cumprimento da presente lei.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

Visando cultivar a Cultura da Paz no Estado do Paraná, apresentamos este projeto de lei que propõe ativar o Movimento da Paz. O objetivo é realizar uma mobilização popular para a construção de uma Cultura de Paz e não-violência em nossa sociedade. Tem como idéia básica provocar, na comunidade, reflexões sobre a importância da Paz nos dias atuais.

Dentro da proposta que motiva esta campanha, o Movimento pela Paz e Não-violência estabelecerá no Paraná uma parceria com a Secretaria Estadual da Educação e Secretaria Estadual da Cultura, Núcleos Regionais de Educação, Sinepe - Sindicato dos Estabelecimentos Particulares, Universidades Estaduais, Federais e Particulares, representantes da imprensa, formando uma Comissão Organizadora, que fomenta através de diversas ações, questões referentes à Paz.

Estas ações pretendem estimular os órgãos públicos a pensarem neste assunto, para que o mesmo aponte alternativas aos segmentos da Paz:

01 - Paz Ambiental

02 - Paz Social

03 - Paz Interior

Este projeto está sintonizado com a campanha lançada pela Unesco com o título: "Década Internacional de uma Cultura de Paz e não-violência para as crianças do mundo de "2001 a 2010.

Pretendemos estender, através deste projeto de lei, a instituição da Semana da Paz e o Dia Estadual da Paz no Paraná.

Deverá ser formada a comissão organizadora no município que selecionará o melhor texto de cada município que serão o conteúdo do livro: "Idéias dos Estudantes do Paraná para construção da paz.

O Estado terá como responsabilidade fomentar esta Semana com atividades específicas a serem elaboradas. Como exemplo, poderá realizar caminhadas, implantar a "Casa da Paz", que será um lugar de disseminação da cultura da paz em cada cidade do Estado, com biblio-

teca, vídeos, cds, cartazes com fotos e frases dos pacifistas, onde os estudantes poderão frequentar e reafirmar seu desejo de paz para o mundo, institucionalizar o ensino da paz nas escolas, etc.

PROJETO DE LEI Nº 079/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Centro de Educação Infantil - Abac, com sede em Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Educação Infantil - Abac, é uma entidade social, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, assistencial e promocional, fundada no ano de 1985, em Londrina, Paraná.

É uma entidade assistencial que presta serviços junto aos menores carentes, educando-os e orientando-os, com o objetivo de integrá-los a sociedade. Além disso, estuda o problema social, envolvendo os menores e seus familiares, através da orientação técnica e adequada.

Os resultados do trabalho desenvolvido pela Abac pode ser visto concretamente na sociedade londrinense. Frente a isto, acreditamos que aprovar lei de Utilidade Pública Estadual, estaremos contribuindo com a família paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 080/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Apicultores do Oeste do Paraná - Apioeste, de Marechal Cândido Rondon, com sede e foro no município de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

O objetivo do presente projeto de lei é declarar de Utilidade Pública a Associação de Apicultores do Oeste do Paraná - Apioeste, fundada em 25 de outubro de 1.991, está estabelecida a Rua Espírito Santo, nº 777, na cidade de Marechal Cândido Rondon, e foro no município do mesmo nome. Devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 81.503.328/0001-22. É uma entidade sem fins lucrativos, organizada para prestação de serviços sócio-comu-

nitários tendo como área de atuação o oeste do Paraná e proximidades. A seguir citamos alguns de seus principais objetivos:

a) congregar os integrantes da associação, promovendo o desenvolvimento da apicultura, apoiando suas legítimas aspirações e pugnando por seus direitos e interesses;

b) estimular o espírito de solidariedade e comunidade entre os seus integrantes, melhorando as condições de vida, representar a sociedade perante as autoridades administrativas, legislativas e judiciárias;

c) realizar trabalhos de interesses, educação, lazer em benefício dos integrantes em geral.

Sendo assim, esperamos poder contar com o devido apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 081/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As Escolas Estaduais de ensino fundamental e médio ficam obrigadas a exigir a carteira de identidade como documento necessário à realização da matrícula escolar.

Parágrafo Único - Fotocópia da carteira de identidade deverá ser anexada junto à ficha do aluno na secretaria da Escola.

Art. 2º - A não apresentação da carteira de identidade no ato da matrícula não impossibilita sua realização, ficando os pais ou responsáveis, obrigados a providenciá-lo no prazo de 60 dias.

Art. 3º - Para os fins desta lei, o Instituto de Identificação do Paraná fica autorizado a emitir gratuitamente a carteira de identidade para os alunos de baixa renda.

Parágrafo Único - Considera-se baixa renda os alunos cuja renda familiar não exceda três salários mínimos, devendo tal situação ser comprovada mediante apresentação de comprovante de renda, declaração emitida pela própria escola ou atestado de pobreza emitido pelas entidades municipais ou estaduais de assistência social.

Art. 4º - As creches estaduais ficam obrigadas a exigir a carteira de identidade como documento necessário à realização da matrícula da criança, observando-se o disposto nos artigos anteriores.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) ARLETE CARAMÊS

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se com o projeto em tela fazer com que todas as crianças que não tenham carteira de identidade a

façam. Via de regra poucas são as crianças que possuem outro documento que não a certidão de nascimento, cuja emissão é obrigatória, conforme determina a Lei Federal nº 6.015/73 (Lei de Registros Públicos) no seu art. 50 *in verbis*: “Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais dentro do prazo de 15 dias, que será ampliado em até três meses para os lugares distantes mais de 30 quilômetros da sede do cartório”. Contudo a certidão de nascimento é um documento pelo qual se consegue identificar uma criança e facilmente pode-se ludibriar uma autoridade, ou qualquer pessoa dizendo que aquela é a certidão de uma determinada criança quando na verdade não o é. Vê-se claramente que a falta de um documento que identifique positivamente uma determinada criança pode facilitar situações de sequestro entre outras situações de risco envolvendo crianças.

Tornando obrigatório que as escolas exijam carteira de identidade no ato da matrícula, ter-se-á como consequência que todas as crianças ficam obrigadas a fazer a carteira de identidade, o que poderá conferir mais segurança para as próprias crianças e suas famílias, pois a partir deste momento as mesmas estarão identificadas, constando no documento o seu nome, o nome dos pais e principalmente sua foto e sua digital. Verifica-se, portanto a relevância do presente projeto num primeiro momento, pois poderia evitar aquelas situações em que uma determinada pessoa viaja com filho que não é seu apresentando certidão de nascimento que não é da respectiva criança. Passando-se a exigir a carteira de identidade seria fácil identificar a criança através de sua foto evitando que ela viaje com pessoa que não os pais ou representantes legais.

Em última análise, o projeto pode vir a inibir desaparecimentos uma vez que dificulta a locomoção de crianças levadas por estranhos, e na pior das hipóteses poderá facilitar a identificação de corpos de crianças que são encontradas e muitas vezes dadas por indigentes, pois não há meios de indentificá-las visto que na certidão de nascimento não tem suas impressões digitais nem a foto. Obviamente, uma carteira de identidade não confere total segurança às crianças, mas é um documento importante que pode ajudar a evitar situações de risco.

Considerando que as crianças possam não portar a carteira de identidade, fotocópia da mesma deverá ser anexada junto à ficha do aluno na escola, sendo uma fonte rápida de identificação e de consulta para o caso de alguma ocorrência policial na frente da escola, como por exemplo, brigas entre alunos.

Não é objetivo do presente projeto dificultar a matrícula ou mesmo impedi-la para os alunos que não possuam carteira de identidade, mas sim impor esta exigência de forma que alunos do ensino médio e fundamental a façam. ‘Por esta razão estabelece-se o prazo de 60 dias disposto no artigo 2º do presente projeto.

Tendo em vista que há uma taxa de R\$8,30 para a confecção da carteira de identidade, famílias de baixa renda, na maioria das vezes, ficam impossibilitadas fazer o documento para seus filhos, visto que tal valor pesa enormemente no orçamento familiar. Visando corrigir este problema estabelece-se a obrigatoriedade da emissão gratuita da carteira de identidade para alunos de baixa renda, sendo considerados aqueles cuja renda familiar não ultrapasse 3 salários mínimos. Tentando ampliar ao máximo o número de crianças a possuir a carteira de identidade estende-se a sua obrigatoriedade para realização da matrícula de alunos nas creches.

O presente projeto tem amparo na Constituição Federal no seu artigo 227 que preconiza que “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”, como também nos mais variados artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A descoberta recente do caso Vilma e Pedrinho, em Goiânia, tornou evidente a insegurança e a vulnerabilidade a que estão sujeitas nossas crianças. Inúmeros são os casos de crianças levadas por estranhos, sendo extremamente difícil sua localização devido a falta de um documento através do qual se possa identificar a criança. O projeto em tela não terá o condão de acabar com desaparecimentos de crianças, mas será um instrumento que atuará preventivamente e poderá facilitar um processo de busca e o encontro de uma criança.

Considerando o projeto que ora apresento como de grande relevância e interesse da sociedade paranaense, peço o apoio dos nobres colegas para a aprovação do mesmo.

PROJETO DE LEI Nº 082/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O artigo 1º da Lei nº 13.463 de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica proibido o consumo de bebidas alcoólicas nas dependências dos estabelecimentos revendedores de combustível (postos de gasolina) localizados em perímetros urbanos”.

Art. 2º - Adiciona-se um artigo à Lei nº 13.463/2002, ficando renumerados os artigos 2º e 3º sucessivamente para artigos 3º e 4º, o artigo 2º passa, assim, a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - Os estabelecimentos de que trata esta lei deverão afixar em suas dependências de forma ostensiva e legível de que trata o presente dispositivo.

Parágrafo Único - Os estabelecimentos revendedores de combustíveis deverão cumprir o *caput* do presente artigo no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.2003.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

O escopo da Lei nº 13.463/2002 era o de diminuir o barulho, a concentração de pessoas nos postos de abastecimento de combustível. Muitas reclamações de residências próximas a estas postos.

Entretanto ao proibir a comercialização, oferta e distribuição de bebidas alcoólicas não resolveria o problema, pois os consumidores buscariam as bebidas nas imediações e consumiriam dentro dos postos de combustível.

Além de não surtir o efeito esperado a lei ora em análise poderá provocar a demissão de inúmeros trabalhadores. Dentro dos postos de combustível, as lojas de conveniências empregam milhares de trabalhadores em nosso Estado. As bebidas alcoólicas são responsáveis por cerca de 40% das vendas. Assim a proibição de sua venda poderia, no mínimo reduzir a força de trabalho em 40% e pior, muitas lojas de conveniência fechariam por inviabilidade econômica.

Com a presente alteração, permite-se a venda, a comercialização, e proíbe-se o que realmente importa o consumo em suas dependências. Com essa medida as lojas de conveniência não precisariam demitir, e as residências vizinhas teriam sua preocupação terminada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhores deputados.

Hoje faz cinquenta e poucos dias de um novo governo do Estado no Paraná e no nosso País. O governador Roberto Requião, à frente do Poder Executivo nesses últimos dias tem procedido alguns atos que no meu ponto de vista merecem um pouco de reflexão.

Alguns contratos foram cancelados, por decreto do governador, pequeno exemplo, o arquiteto Oscar Niemayer fez um museu que hoje é exemplo de obra arquitetônica, para ao Brasil inteiro e para o mundo, conhecido como Museu do Olho, Museu Neimayer. Esta obra terminou no final do governo da gestão anterior. No mês de janeiro, na metade de janeiro, lá pelo dia 15, dia 20, tomou-se conhecimento, na administração do Estado que o museu tinha criado uma outra organização social, de interesse público, uma Ocipe e essa organização social seria responsável pela informatização do novo museu. O contrato realizado entre a administração pública, dinheiro

do Estado, dinheiro dos contribuintes, com essa organização social era da monta de quase R\$17.000.000,00, constatou-se que a firma que seria encarregada de proceder a informatização não tinha endereço localizável, os sócios da firma eram dois estudantes de engenharia. E as notícias, todos nós sabemos, o responsável pela administração do museu, o senhor Alex Beltrão, uma pessoa que tenho admiração pelo seu trabalho e pela dignidade com que prestou serviço à administração pública, não só do nosso Estado mas do nosso País, porque durante muitos anos esteve à frente da administração de todo complexo de compra e venda de café, no áureo período que o Brasil era um grande exportador de café para o mundo inteiro. O governador não teve dúvida, contrato lesa o patrimônio público, cancelou, por decreto o pagamento desses 17 milhões. Este é apenas um dos exemplos.

O mais terrível de todos, eu espero que seja o mais terrível de todos, aconteceu agora, no Fantástico, com as cenas de TV, da TV do Banco do Brasil, o tesoureiro da empresa, da Copel, entra na agência acompanhado de um advogado e de um doleiro chamado Alberto Youssef que já tem uma página muito extensa de folha corrida de prestação de serviço para a lavagem de dinheiro, do narcotráfico no Estado do Paraná e no Brasil. Fizeram uma operação de compra e venda de créditos, que não existiu, de uma empresa falida. O Banco do Brasil filmou a operação, o governador do Estado encaminhou outra denúncia para o Ministério Público, e o Ministério Público corretamente fez as investigações de todo o trâmite do dinheiro, que foi sacado na boca do caixa com procuração da empresa pelo diretor financeiro.

E duas dessas remessas foram repassadas pelo Alberto Youssef enviadas para contas fantasmas no Rio de Janeiro. Um diretor da Copel, membros da Administração desta empresa, que sempre foi exemplo para o Paraná e para o resto do Brasil, envolvidos numa operação com Alberto Youssef. A pergunta que se faz é a seguinte: o diretor financeiro e os membros da administração conheciam o senhor Alberto Youssef? Claro que conheciam. Então corretamente o Ministério Público solicitou a prisão preventiva de todos os envolvidos.

E é preciso elogiar e enaltecer o Poder Judiciário, porque o juiz ao analisar a gravidade dos fatos concedeu provisoriamente a medida de prisão para os envolvidos. Todos nós sabemos, hoje, que o ex-secretário de finanças da administração anterior e presidente da Copel está foragido.

Estranha muito também um parecer do Tribunal de Contas envolvendo a soma de 45 milhões, apenas genericamente faz um parecer pela legalidade. Ora, quando se trata de compra de créditos de uma empresa que já está falida no valor de 45 milhões, o Tribunal de Contas não escuta nada. E que o Estado no final das contas poderia estar sendo lesado em 80 milhões e o Tribunal de Contas dá um parecer desta natureza. Isso é outro problema que vamos ter que discutir daqui para frente.

À primeira vista parece que o governo do Estado tem uma atitude de vingador da moral e da ética. O condutor do Estado em nome da probidade administrativa, isso é o que salta aos olhos, de que o PMDB, o governador Requião está imbuído dos princípios da ética republicana e cometendo todas as providências para que irregularidades que foram ocasionadas na administração anterior possam ser solucionadas. Vejam bem senhores, por trás desse verniz da ética na atitude do governo do Estado há uma visão de mundo, há uma visão de sociedade, há uma visão de homem, há uma visão de pessoa humana.

As eleições aconteceram em 2002 e o povo brasileiro depois desses 8 anos resolveu fazer uma mudança profunda na sociedade brasileira. Fez uma opção no governo federal e em vários Estados na Nação. Esta opção não é apenas pela ética na administração pública, é por uma nova visão no papel do Estado.

Por trás do dinheiro que a Copel lesou os cofres, que esses administradores lesaram os cofres da Copel e do Estado, por trás disso está a falta de remédio nos postos e nos hospitais, que o deputado Luciano Ducci faz um requerimento, corretamente, em função dos problemas que tem em alguns setores da administração pública. Por trás da falta desses recursos está o problema da falta de creches no Estado do Paraná. Por trás dessas atitudes está a prioridade da educação pública, da formação de consciências, de investimento nos professores, do investimento na pequena e na média agricultura do nosso Estado. Um novo conceito de qual é o papel do Estado, que deve ser emancipador do ser humano e ao mesmo tempo regulador dos conflitos, é que norteia a ação do governo do Estado. O governador tem tomado atitudes corajosas. Todos sabemos que tomar essas atitudes precisa-se ter coragem. A sociedade brasileira, infelizmente, ao longo da sua cultura, do seu processo democrático tem afirmado valores que não contribuem e não aperfeiçoam a democracia e a transparência e a impessoalidade na conduta da administração pública. E tomar atitudes como essa é afirmar o princípio republicano da democracia, da transparência e dos compromissos com a coletividade.

Nós, hoje, aqui na Assembléia Legislativa, vamos dar por fim um debate que iniciamos há alguns dias atrás, a respeito do papel que a Assembléia deve ter neste novo momento da História do Paraná. O Banco do Estado do Paraná, um Banco que foi durante 70 anos provedor de fomento da indústria e do desenvolvimento do nosso Estado, foi privatizado na gestão anterior. Além do processo da privatização e dos escândalos que aconteceram na administração do Estado ao longo desse período, somos agora vitrine e mancha para o resto do Brasil e do mundo. Porque segundo alguns economistas e articulistas do Financial Times, do New York Times e do Le Monde, de Paris, não há escândalos no sistema financeiro internacional que chegue perto dos 30 bilhões de dólares como notícia a Folha de São Paulo e a revista IstoÉ, que foram remetidos de forma criminosa e ilegal através da agência

do Banco do Estado do Paraná em Nova Iorque para paraísos fiscais.

Todos sabemos do problema do pedágio. Não há quem controle as empresas concessionárias do pedágio no Estado do Paraná. Estipulam como querem a tarifa, dizem quais são os preços que as tarifas devem comportar, são elas que contratam as obras para realizar em cada trecho de estrada. Não há licitação de preço menor. Se não há licitação de preço menor as empreiteiras têm o direito - como estão fazendo hoje -, de colocar o preço que elas querem nas obras e não há controle de veículos que passam pelas rodovias do Estado do Paraná. Nenhum parâmetro para calcular a tarifa do pedágio. E nós, paranaenses, o sistema produtivo e todos que usam as estradas, temos que conviver com esse descabimento na administração das concessionárias.

Além disso, temos outros problemas. A Assembléia Legislativa há questão de 3 anos e meio tematizou a questão das verbas do Banco Mundial e os convênios que o Paranaidade e a Secretaria do Desenvolvimento Urbano estava realizando com os municípios. Naquela época já haviam denúncias, indícios de que convênios estavam sendo realizados, obras estavam sendo empenhadas e pagas e não estava tendo a realização plena desses convênios. Isso há 3 anos e meio atrás.

O Paranaidade trabalhou nesses últimos 6 anos e meio com uma verba de perto de 600 milhões de dólares. E ainda tem perto de 400 milhões de dólares para realizar os convênios na atual administração. Mais um problema da administração anterior que não é novo! Que não é um problema que a Assembléia está colocando para a opinião pública. Quando o governador do Estado do Paraná e sua equipe decidiram realizar uma festiva atividade na região de Foz do Iguaçu, tentando trazer com isso os olhares, a luz, os holofotes dos dirigentes das olimpíadas, dos Jogos Internacionais, resolveu realizar em Foz do Iguaçu uma atividade chamada Jogos da Natureza. Um esquema. Muito bem, deputado, que tenho oito anos, estou no meu terceiro mandato, participei de algumas CPI's como membro, dirigi uma Comissão Especial, a do Crime Organizado. O deputado Nelson Justus era o presidente da Assembléia.

Por experiência própria, por conhecer um pouco a Casa, eu sei que a CPI da Copel vai demandar, em função da gravidade do envolvimento dessa empresa em inúmeras irregularidades como tem alertado a deputada Elza Correia, que é de Londrina. Somente na compra das ações do Sercomtel, já seria motivo para a CPI ser instalada, mas nós temos a compra de créditos tributários, a compra de títulos, a verticalização, a horizontalização da empresa e a participação da empresa em outras empresas do ponto de vista das suas ações...

A Copel é um problema enorme... Está aí o Ministério Público trazendo à tona isso. Na minha opinião pessoal, eu acho que se a Assembléia Legislativa instalasse hoje ou daqui a dez dias, três CPI's, nós teríamos trabalho para seis meses. Vamos precisar que os melhores qua-

dros, aqueles mais afeitos, aqueles mais envolvidos, aqueles que estejam com vontade de participar de um processo tão denso como é uma CPI, que os Partidos os indiquem para compor essa CPI. Três CPI's. Uma somente da Copel já seria suficiente para pautar a Assembléia nos próximos cento e vinte dias. Na minha opinião, diante da gravidade das denúncias existentes eu acharia de bom senso, razoável que instalássemos três CPI's, mas de ontem para hoje acabei fazendo uma reflexão um pouco maior. Li na Gazeta do Povo, hoje, atentamente a declaração do líder da Oposição, deputado Durval Amaral. Fez uma denúncia grave na Gaveta do Povo. Fez duas denúncias: disse que, em primeiro lugar a Bancada que dá sustentação ao governo não queria instalar cinco CPI's porque teria receio que a CPI não chegasse a lugar nenhum.

Ora, a CPI que vai ser instalada, a respeito da Copel, já não precisa de partida, chegar a um esquema muito bem montado com empresários da área de lazer e serviços internacionais, sobretudo, espanhóis. Naquela oportunidade foram desempenhados perto de cem milhões de dólares. O Real e o Dólar eram um por um. As denúncias são gravíssimas do destino desse dinheiro e todos nós sabemos e os deputados que são do oeste e sudoeste sabem em que situação estão as obras realizadas naquela região e naquele momento era cantado como um novo pólo de desenvolvimento do turismo nacional e internacional, as obras que lá se realizaram. Será que tanto erro administrativo, porque seis meses depois nada existia, nada existia ali. Cem milhões de dólares é muito dinheiro. Na cidade de Curitiba e Região Metropolitana do nosso Estado as dificuldades são inúmeras. Todos sabemos que com cento e cinquenta mil reais se constrói uma creche para cem crianças ajudando as mães que precisam trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito a V. Exa que conclua o seu pronunciamento.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Vou concluir, senhor presidente. Desde já agradeço a sua benevolência e compreensão, porque sei que me estendi muito além do tempo permitido e pela condescendência que V. Exa. teve com a nossa explanação.

Nós debatemos nesses últimos dias, a realização de CPI's aqui na Assembléia.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (Pela Ordem)

Quero conceder ao deputado Vanhoni o Horário da Liderança do PT.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Eu agradeço, deputada. Vou usar apenas um ou dois minutos porque estou concluindo e tenho certeza que o deputado Hermas vai ter a compreensão.

Nós debatemos exaustivamente a possibilidade da instalação de CPI's aqui na Assembléia. Eu, particularmente, já sou um lugar comum, porque o lugar algum já existe, que é o mandado de prisão contra o ex-presidente da Copel, de uma irregularidade - que todo o Brasil assistiu. E quem tem que responder da tribuna essas acusações feitas pelo Ministério Público, não é o líder do Governo hoje, não é a base de apoio do Governo do Estado, mas sim o líder da Oposição, porque era ele que estava na Administração desta empresa ao longo desses últimos anos.

Então não há receio da bancada que dá apoio ao novo Governo do Estado do Paraná, de que as CPI's possam não chegar a lugar nenhum, em relação ao Banco do Estado do Paraná, podemos ter dificuldades na aquisição de documentação junto ao Banco Central. Mas é preciso dizer que entre hoje e na segunda-feira, pós carnaval, o Senado da República vai instalar uma CPI a respeito do Banco do Estado - e será de nossa competência aqui subsidiar com uma Comissão Parlamentar de Inquérito os trabalhos do Senado Federal. Afinal de contas, o senhor Domingos Ramalho, ex-presidente do Banco do Estado mora em Curitiba, foi nomeado presidente do Banco do Estado do Paraná e é paranaense, o ex e atual diretor que esteve na frente da administração do Banco quando o Banco foi privatizado, hoje está na administração como Secretário do Estado do novo governo do Estado.

Todos esses ex-diretores e dirigentes do banco do Estado, terão que vir à Assembléia Legislativa se assim a Comissão Parlamentar de Inquérito o decidir, prestar os esclarecimentos de que como que o Banco do Estado serviu da maior lavanderia do mundo que se tem conhecimento. É dinheiro nosso, do Paraná que foi mandado criminosamente para fora, é dinheiro das crianças, é dinheiro da merenda escolar.

Então, o deputado Durval Amaral, meus colegas da Oposição, com todo respeito e com toda elegância republicana, fiquem muito tranquilos, se nós discutimos a implantação de três Comissões, era para querer concentrar o trabalho em três Comissões e fazer o melhor para o Paraná. Porque quem exige isso hoje, não é nem o deputado Ângelo Vanhoni, nem o deputado Anibelli, não somos nós deputados, é o povo do Paraná que cobra uma resposta da Assembléia Legislativa. E assisti a uma grave denúncia do deputado Durval Amaral, e gostaria que ele não fizesse através do Jornal Gazeta do Povo. Aqui nós precisamos ter um debate franco e aberto, é um novo momento na administração pública, e vai ser um novo momento na Assembléia. O deputado Durval Amaral disse na Gazeta que um deputado da base aliada lhe procurou e solicitou do deputado Durval Amaral que a Oposição, isto é, que o deputado Durval Amaral, que os outros companheiros que estão na Oposição, entrassem com um pedido de CPI laranja, para que alguma CPI não tivesse aqui na Assembléia.

Eu desafio o deputado Durval Amaral a declinar o nome da tribuna da Assembléia Legislativa, porque esse

não é o entendimento da base aliada que dá sustentação ao Governo do Estado do Paraná.

As investigações serão feitas, ou pela Assembléia Legislativa, que tenho certeza que serão feitas pelo Ministério Público das graves irregularidades.

Então ao líder da Oposição, infelizmente tenho que me referir a ele mesmo não estando aqui, não gostaria que isso tivesse acontecendo, mas nós não temos outro momento. Mas hoje é o momento em que em conversas com meus companheiros e com o governador do Estado, é de que o senhor presidente Hermas Brandão, que o senhor receba as cinco CPI's; o Paranáidade será investigado todos os contratos e convênios firmados pela administração atual. O deputado Durval Amaral está escalado, está sendo chamado pela base do Governo para colaborar decididamente na análise de todas as CPI's, e peço ao Líder do Governo que mande os nomes do PFL, do PTB, do PPB, dos partidos que fazem parte da Oposição, para integrar as CPI's, que nos ajudem a corrigir qualquer irregularidade que aconteceu na gestão anterior.

Faço um apelo a deputado Durval Amaral e aos seus liderados, que nos ajudem, porque o pedágio, a Copel, o Banco do Estado e os Jogos da Natureza, a Assembléia Legislativa, a partir de hoje, tem um desafio. Em 120 dias, apresentar para a opinião pública paranaense se há alguma irregularidade se aconteceu alguma irregularidade, quem são os responsáveis e oferecer à justiça as providências necessárias.

Mais uma informação: discuti isso com o governador, hoje pela manhã, e o presidente da Assembléia Legislativa está com todo o apoio do Governo, do ponto de vista, de técnicos de todas as áreas, de todas as secretarias, seja jurídico ou sejam técnicos, para vir ajudar a Assembléia a proceder quaisquer investigações.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Experiente, o deputado Dobrandino da Silva.

(Declina)

Com a palavra o deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, apresentei hoje, na Mesa Diretora, uma proposta visando uma alíquota de um produto incluindo uma cesta básica.

Sinto-me na obrigação de esclarecer o porquê desse pedido de alteração, para esta Casa, para que não pare qualquer tipo de dúvida. Inclusive, no final vou apresentar a título de sugestão, para o líder do Governo.

Nós temos o produto alho, que nos últimos 40 dias - fiz um estudo - do dia 1º de janeiro até o dia 10 de fevereiro, somente pela IAD de Foz do Iguaçu, passaram 1.100 toneladas. Uma arrecadação de 1.980.000,00 reais de ICMS para o Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo, especificamente. Essa arrecadação se deu em virtude de que esses Estados alteraram no ano passado a alíquota

que era de 18% para 7%. O Paraná permaneceu com a mesma alíquota de 18%, na época 17%.

Essa falta de isonomia, na mesma esteira da reforma tributária, que tem sido apregoada, mas enquanto ela não vem nós temos que nos preocupar também, com o suprimento de caixa do governo do Estado, principalmente, após a medida que isentou as microempresas da tributação do ICMS. Uma medida justa e que vem em bom momento, principalmente, por ser a microempresa a maior geradora de empregos, não só no Estado, como no Brasil.

Apresentei essa proposta para que nós possamos suprir em partes a parte desse imposto que vai deixar de ser arrecadado pelo Estado, a partir deste mês.

É uma proposta que não tem somente o intuito de angariar recursos para o Estado, aumentando a nossa arrecadação, mas como também de gerar empregos, principalmente, na Região Oeste, em virtude de transportadoras e empresas, que existiam na região e fecharam as portas e mudaram para os outros Estados buscando o melhor tratamento tributário.

Nós não podemos nos iludir que o empresário, que hoje paga 7% de importação para o Rio de Janeiro, o Estado do Paraná continua consumindo, mas poucos são os empresários que importam para lá, pagando 11% a menos de tributação de ICMS e devolve para o Estado do Paraná pagando mais 12%.

Enquanto, não vier a isonomia tributária tão necessária nós precisamos adotar aqui no Estado medidas que compensem financeiramente o Estado, por aqueles empecilhos que a guerra fiscal, mesmo que velada, está acontecendo.

Já deixo de antemão, aqui, a sugestão, ao líder do Governo deputado Ângelo Vanhoni, para que se o governo entender por bem ele pode alterar antes mesmo que essa nossa proposta, esse projeto de lei passe pelas Comissões, ele pode alterar via decreto, incluindo o alho na cesta básica. Já está de antemão afastada a possibilidade e qualquer falcatura, que antigamente o fantasma da sonegação pairava sobre esse produto.

Pelo Decreto nº 5.141, está afastada essa hipótese uma vez que o Estado arrecada antecipadamente todo e qualquer tributo via importação, principalmente o que se faz através da IAD estabelecidas em diversos pontos do Paraná.

Tendo em vista que os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro já reduziram a carga tributária há mais de um ano e aumentaram. O Paraná na época tinha uma arrecadação considerável em torno desse produto e, dessas 1100 toneladas que passaram nos últimos 40 dias pela IAD de Foz do Iguaçu, nem um único quilo foi destinado ao Estado do Paraná. Será que o Paraná não consome mais, ou será que está ocorrendo alguma coisa?

Precisamos estar atentos a essa sugestão. Era isto que tínhamos para apresentar.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Rafael Greca.

Ausente.

Deputado Jocelito Canto com a palavra.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhores deputados.

Como disse o nosso governador Roberto Requião aqui: “o que for de errado é preciso anotar...”. Vamos colocar aqui dois assuntos que nos preocupam, apesar do momento agora ser de CPI, lá no interior o povo já está chamando a CPI da Copel de CPI da alta tensão, pelo menos em alguns setores do antigo governo.

O que nos traz à tribuna hoje é em relação ao IML de Ponta Grossa. O IML atende mais de 30 municípios da Região dos Campos Gerais e tem tido vários problemas, quase que semanalmente.

Tivemos há uma semana atrás dois corpos que ficaram 12 horas no IML para serem libertados. Isso é uma vergonha! Uma vergonha até para o atual governo! Não se pode admitir que uma pessoa que morre assassinada ou acidentalmente, que a família que está lá naquele momento de dor, de sofrimento, tenha que ficar 12 horas esperando para liberar o corpo.

Gostaria de solicitar o nosso secretário da Segurança que é o nosso governador, dentro daquela linha de apontar as dificuldades e as falhas que o governo tem. Que o governo tome as providências, para que o IML de Ponta Grossa possa atender com dignidade as pessoas. Quando é um rico atendem em 2, 3 minutos e é liberado. Agora quando é uma pessoa simples, humilde, o corpo fica lá 12 horas, ou temos que ir lá para brigar com todo mundo para liberar os corpos.

Faço esse apelo para que as medidas sejam tomadas, não para amanhã, mas para hoje, porque várias famílias estão tendo dificuldades.

Outro assunto que me traz à tribuna é o caso envolvendo o cadeião da Santa Maria de Ponta Grossa.

Temos lá uma cadeia pública que tem capacidade para receber hoje 112 presos. E hoje estamos com 210 presos. Sendo que os presos estão até se revezando para dormir. Há um clima de tensão, de rebelião, quero chamar a atenção desta Casa, já tivemos vários casos envolvendo o cadeião de Santa Maria. Inclusive com a morte de um sargento da Polícia Militar, várias rebeliões foram sufocadas e precisamos tomar uma providência.

O que nos chama a atenção é que as delegacias da região estão todas lotadas também. Como a própria 13ª onde a capacidade é de 12 presos e temos 27 presos colocados lá. Isso é um absurdo. Poderemos ter a qualquer momento uma rebelião e que coloca em dúvida e em risco a população inteira de Ponta Grossa.

Enquanto isso, senhor presidente, estamos vendo o presídio novo que foi inaugurado em Ponta Grossa - só inaugurado! Eu nunca vi uma obra ser inaugurada e não funcionar!

Foi inaugurada uma obra no final do Governo Jaime Lerner, aos quarenta e quatro do segundo tempo, e está lá parada com capacidade para 432 presos, sendo que essa cadeia, certamente, daria para cobrir toda demanda dos Campos Gerais!

Estamos vendo ela parada quando uma rebelião está pronta, armada, um pouquinho mais adiante na Santa Maria!

Gostaria que o governador Requião, dentro da sua capacidade rápida de raciocínio e da sua inteligência como governador que já foi do Paraná e voltou a ser graças ao apoio do povo do Paraná, que tomasse uma providência. Ele quer fazer concurso público e esse concurso...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo um minuto para V. Exa. concluir seu pronunciamento.

O SR. JOCELITO CANTO

Gostaria, senhor presidente, de requerer o horário do PTB.

(**Assentimento**)

Então, senhor presidente, gostaria...

O SR. DOBRANDINO SILVA

Permite um aparte, nobre deputado?

(**Assentimento**)

Gostaria de manifestar-me nesse aspecto.

Lá em Foz do Iguaçu também foi feita uma nova penitenciária que já está ocupada, mas a menos de cem metros existe a cadeia antiga superlotada. A capacidade é para 250 detentos e tem lá mais de 600 e a nova com a metade da capacidade, ou seja, a outra metade está ociosa.

O governador esteve lá, inclusive, discutindo sobre isso. Foi terceirizado pelo governo anterior e até que se desvende isso e mude esse tipo de terceirização, o governo anuncia que o Estado vai assumir isso, vai trazer para o comando do Estado, porque a direção da penitenciária nova que está terceirizada se recusa a receber os presos de maior periculosidade. Então, eles querem escolher os presos do antigo cadeião que vão para penitenciária nova.

Isso já está sendo discutido e o governo promete nos próximos dias o que está fazendo na Sanepar, na Copel, que é acabar com os contratos que tinha para que o Estado possa, realmente, ter influência direta e resolver isso que é, realmente, um grave problema. V. Exa. tem razão, mas o governo já está tomando providências para resolver isso o mais rápido possível.

O SR. JOCELITO CANTO

Obrigado deputado Dobrandino, sabemos também da sua preocupação e a nossa preocupação, exatamente, é que depois que acontecer uma tragédia ninguém diga que também não falou aqui, nesta Casa.

Fica esse alerta.

Acho que o governador poderia terceirizar os serviços por trinta, quarenta dias e depois fazer o concurso. Sabemos que o governador tem habilidade para fazer um contrato razoável, direito, sério, que não seja superfaturado como esse que estamos vendo aí.

Acho que seria o momento ideal para fazer isso para que não tenhamos risco da falta de segurança que estamos passando em Ponta Grossa.

Então, esse seria o pedido, esse comunicado: Solicitar ao governador que tome providências porque a situação é de muita dor.

Ontem, recebemos em nosso programa de rádio a carta de uma mãe preocupadíssima com a situação do cadeião da Santa Maria. Esperamos que o governador tome providências.

Para finalizar, senhor presidente, senhores deputados:

O triste dilema do povo brasileiro que para se aposentar sofre. Encontro, diariamente, pessoas que não conseguem se aposentar com R\$200,00 (duzentos reais) por mês. Não conseguem provar que trabalharam no campo porque não têm documentação. E ficam aquelas senhoras que gostariam de receber R\$200,00 (duzentos reais) por mês para comprar remédios e sobreviver. Pobre desse povo! Não conseguem se aposentar!

E hoje, abrimos os jornais e vemos aqui, com alegria, que S. Exa., o governador perseguidor de Ponta Grossa quando era prefeito naquela cidade, acaba de se aposentar. Vai receber R\$12.000,00 (doze mil reais) por mês! Uma aposentadoria pequena, não é?

Acho que essas CPI's aí... acham que o Lerner não deve nada, acham que não tem nada contra ele porque ele está requerendo a aposentadoria. Está requerendo o direito de ter uma aposentadoria. Acham que não tem nada contra ele, a aposentadoria é um direito que lhe cabe.

Parabéns ao governador Jaime Lerner que solicita a sua aposentadoria, doze mil por mês e a diferença de governo está ali; Álvaro Dias não é aposentado, o Requião não é aposentado, o Jaime Lerner que não deve nada nesses escândalos aí, pediu a sua aposentadoria.

Está de parabéns o Jaime Lerner, que agora é aposentado do Governo do Paraná!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra ao deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Subo à tribuna hoje, para inicialmente agradecer os senhores deputados, as senhoras deputadas pelo apoio que nos conferiram na eleição da nova Mesa Executiva desta Casa.

O apoio maciço, uníssono, o que nos dá responsabilidade junto com o presidente Hermas Brandão e com os demais membros da Mesa Executiva, de desenvolver

um trabalho sério, digno e que possa melhorar cada vez mais o conceito do nosso Poder.

Esta é a Casa do povo do Paraná! Aqui está representado o povo inteiro do Paraná e a responsabilidade que temos é de que o nosso trabalho seja feito com competência, seriedade e dignidade.

É pensamento da Mesa Executiva, presidida pelo deputado Hermas Brandão, melhorar cada vez mais, permitir que os senhores deputados possam desenvolver os seus mandatos sempre com melhores instrumentos, para que a população tenha orgulho de ter nos conduzido para esta Casa.

Quero, desta forma, agradecer o apoio que tive, agradecer o apoio do meu Partido, PMDB e dizer que relembro aqui nesta tribuna, neste mesmo cantinho desta Casa, quando por durante tantos anos nós aqui subimos e gritamos em nome do povo do nosso Estado. Quando aqui subíamos e chorávamos e gritávamos por justiça e seriedade. Quis o destino e quis o povo do Paraná de que nós pudéssemos hoje estar vivendo um novo tempo. Falou bem o nosso líder, o deputado Ângelo Vanhoni. E quando o deputado Ângelo Vanhoni falava aqui nesta tribuna, ali sentado, na fileira da frente, pela minha cabeça passava um filme e lembrava a história que tivemos aqui nesta Casa, aqui mesmo nesta trincheira, éramos poucos aqui nesta Casa e fazíamos o possível e o impossível para dizer as coisas erradas que aconteciam no Paraná.

Para denunciar, para tentar criar as CPI's, para investigar; mas, o nosso esforço era em vão, porque não tínhamos força política para viabilizar aqueles projetos. A CPI do Pedágio, por duas vezes, lá junto com a imprensa, pudemos comemorar comendo o bolo do aniversário. Nós, deputados da Oposição, fazíamos lá nos fundos desta Casa, o aniversário da CPI do Pedágio porque nunca tivemos condições de implantá-la neste Poder. Mas, o tempo passa, as coisas mudam e hoje poderemos fazer as investigações que tanto desejávamos. Ajudar o governador Requião neste princípio de novo tempo. Ajudar fazer com que as coisas ocorram de forma transparente para melhorar a vida do povo paranaense.

Naturalmente, senhor presidente, senhores deputados e senhoras deputadas, nós queremos estar apaixonadamente envolvidos neste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo mais um minuto para V. Exa. concluir o seu pronunciamento e poderá usar o Horário da Liderança do PMDB.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, vou concluir o meu pronunciamento. Agradeço a gentileza de V. Exa.

Queremos aqui, executar a democracia; queremos aqui, defender com amor o povo do Paraná; queremos aqui, cumprir com o nosso dever como deputados e como deputadas; queremos aqui, dizer que valeu a pena sermos

conduzidos para esta Casa pela mão sagrada do povo do Paraná.

Queremos que ao final destes quatro anos a população do nosso Estado possa pensar e dizer: “valeu a pena acreditar nos deputados que para lá mandamos”;

Para finalizar, quero agradecer o PMDB, Partido que pertenço desde o início da minha vida pública. Quatro mandatos o com deputado, desde o PMDB jovem. O único trilha que percorri na vida pública, o único Partido a que me filiei. Sempre firme, sempre corajoso, empunhando a bandeira do PMDB. Todos que me conhecem sabem das convicções que compartilho e que ostento.

Nós, naturalmente, como deputados do PMDB, temos que ter orgulho desse novo momento que o Paraná vive ao observar a ação do nosso governador Requião, firme e corajoso. Inabalável no seu pensamento, procurando resgatar a credibilidade e a dignidade do Governo do Paraná que nos últimos anos foi jogada na lata do lixo.

Procurando dar a este Estado uma cara nova de decência, de trabalho e vida melhor para o povo do Paraná. É evidente. E como companheiro de Partido tenho que ficar contente e feliz de observar as mudanças que ocorrem no nosso Estado. Junto com os companheiros de outros Partidos que conosco pensam do mesmo jeito, caminham na mesma trilha, trabalham na mesma direção. Haveremos sim, de construir este Paraná que todos nós queremos, que todos nós sonhamos, dando ao povo do nosso Estado felicidade, alegria e uma vida melhor. Agradeço a todos os deputados que confiaram em nós e tenham certeza que não iremos decepcionar ninguém.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno expediente, deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Senhor presidente, demais membros da mesa diretora, senhoras e senhores nobres deputados: Ocupo este precioso espaço no dia de hoje, para relatar a escalada da violência na cidade de Londrina.

Só no mês de janeiro, tivemos vinte e três pessoas que morreram assassinadas.

Até agora, dia vinte e seis de fevereiro, tivemos mais dezessete pessoas que morreram vítimas da violência. São quarenta pessoas que perderam a vida, vítimas de homicídio em apenas cinquenta e seis dias. Isto apenas na cidade de Londrina. Excetuando a região metropolitana composta por Cambé, Rolândia, Tamarana e Ibiporã.

Ateontem, um menino de 14 anos de idade, que poderia estar na escola, que poderia estar em sua casa, morreu no Jardim João Turquino executado com um tiro na cabeça. Neste mesmo Jardim João Turquino, no extremo oeste da cidade de Londrina, os bandidos, que se misturam à população, expulsam aqueles moradores de bem que ousam quebrar a lei do silêncio que lamentavel-

mente impera nesse bairro. Por isso, a situação é gravíssima.

Senhoras e senhores deputados, aqui quem fala é um repórter policial com experiência de 15 anos nessa área, que até o ano passado no meu programa de televisão era taxado de fazer apologia ao crime, de cultuar a violência, justamente por narrar e mostrar essa violência galopante que lamentavelmente toma conta da nossa cidade. Por isso, eu gostaria apenas de citar aqui o que anda acontecendo na cidade de Londrina, porque os números falam por si só. No ano passado 161 pessoas morreram assassinadas na cidade de Londrina - Delegado Bradock, o senhor sabe porque conhece profundamente a segurança do nosso Estado.

No ano de 2001 foram 129 pessoas que morreram assassinadas, isso só em Londrina. Apenas para que essa comparação fique mais concreta para aqueles que não têm conhecimento desse fato terrível, a cidade de Maringá, que não é tão menor que a cidade de Londrina, tem em média 13 assassinatos por ano. Por isso, a Folha de Londrina de ontem mostrou, na coluna do jornalista Osvaldo Militão, que Londrina, pasmem, senhoras e senhores, tem mais assassinatos que a Big Apple, a capital cosmopolitana mundial. Nova Iorque teve até sábado passado 36 homicídios, e Londrina já está com 40. Nova Iorque que tem 8 milhões de habitantes, mais 8 milhões nas linhas subjacentes, portanto, 30 vezes mais a população de Londrina.

Chamo a atenção de vocês, senhoras e senhores, da gravidade deste fato, porque muito se noticia sobre os atentados dos grupos separatistas Basco Eta, na Espanha, ou o Ira, no Reino Unido, mostrando o confronto entre católicos e protestantes, mas, por que nós não olhamos para o nosso umbigo? Não é o Rio de Janeiro, do Fernando Beiramar, não é São Paulo, capital nacional da violência, é Londrina, segunda cidade do Estado do Paraná que está à mercê da violência. E o que é mais grave ainda, para que tenham consciência do que chegou o nível de banalização da vida na cidade de Londrina, 90% desses que morrem assassinados em Londrina são jovens de até 21 anos de idade. E o pior e tudo é que enquanto a política vai combater o crime com revólver “três oitão”, como se diz na gíria policial, crianças de 12 anos andam com pistolas automáticas na cinta, como aconteceu na semana passada, onde um farmacêutico perdeu a vida assassinado por um garoto que estava com outros dois, o mais velho com 13 anos de idade. Treze anos de idade!

Por isso, eu gostaria de não criticar o governo e a situação da segurança que infelizmente está terrível em nosso Estado, mas fazer um elogio público ao governador Roberto Requião por um ato histórico, já que no primeiro mês do seu governo atendeu uma reivindicação antiga da comunidade londrinense dobrando o número de delegados, que era 13, hoje são 26.

Não vamos cobrar o resultado imediato a curto prazo, porque nós acreditamos que não apenas com o aumento do efetivo que a violência vai diminuir, mas

nós precisamos, acima de tudo, ter a consciência de que somente o investimento na área social, a médio e longo prazo, pode fazer o resgate principalmente desses jovens que estão no mundo do crime, tráfico de drogas, na marginalidade, para que eles sejam inseridos novamente à nossa sociedade através da cultura, do esporte e do lazer.

E para finalizar o apelo que eu faço ao governador Roberto Requião, que olhe com carinho a instalação de um distrito policial nessa área onde um terço dos crimes acontecem, que é a zona oeste da cidade de Londrina e que tem apenas um distrito policial para atender mais de duzentas mil pessoas, onde o foco do crime, lamentavelmente, se alastrou tirando o sossego de jovens, adultos, crianças e idosos. Londrina, hoje, senhoras e senhores deputados, é uma cidade onde os habitantes acordam, dormem e vivem sob o manto do medo.

Era este o retrato de uma tragédia anunciada que eu gostaria de fazer no dia de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Peço a atenção dos senhores parlamentares para participar à Casa o recebimento dos seguintes requerimentos:

- requerimento formulado por 34 parlamentares - requer a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI, constituída por onze membros e com prazo de duração de 120 dias para investigar e apurar denúncias de corrupção nas ações do governo estadual e de terceiros favorecidos em relação ao Banco do Estado do Paraná.

Já determinei que se protocolasse e solicito aos Partidos, às Lideranças dos Partidos que indiquem até o dia 10 de março os nomes que farão parte dessa CPI.

- requerimento com assinatura de dezenove senhores deputados - requerimento formulado pelo deputado Rafael Greca de Macedo, com apoio de dezoito deputados, inclusive do deputado Augustinho Zucchi, que cria a Comissão Parlamentar de Inquérito para proceder investigações na Secretaria de Estado e Desenvolvimento Urbano - Sedu, sobre contratos, financiamentos e repasses do Programa Paranácidade.

Esta Comissão, conforme requerimento, será formada por sete senhores deputados.

Já determinei que se protocolasse e também solicito ao líderes dos partidos a indicação dos representantes até o dia 10 de março.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Consulto essa presidência se não houve equívoco em anunciar o nome do deputado Rafael Greca.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Tenho aqui, após a data, o primeiro deputado que assinou foi o deputado Rafael Greca de Macedo.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

É porque eu assinei e o Zucchi assinou na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu peço a V. Exa. para verificar, deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Eu verifico depois na mesa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Requerimento formulado pela deputada Elza Correia, devidamente apoiado por 25 senhores deputados requer a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI, composta por nove membros e com prazo de duração regimental de 120 dias para apurar assuntos referentes a Copel.

Determinamos também que se protocolasse. E também solicito às Lideranças dos Partidos a indicação até o próximo dia 10 de março.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Senhor presidente, é composta de nove ou de onze membros essa Comissão da Copel?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Copel, nove membros.

Requerimento formulado pelo deputado Nereu Moura, devidamente apoiado por 34 senhores deputados, requer... **(lê)**: “para apurar os assuntos referentes à primeira edição dos Jogos Mundiais da Natureza.”

Determinamos o protocolo do referido requerimento e solicitamos aos líderes partidários a indicação dos membros até o dia 10.

Requerimento formulado pelo deputado Ângelo Vanhoni, devidamente apoiado por 34 senhores deputados, requer... **(lê)** para apurar possíveis irregularidades nos procedimentos de concessão e privatização do pedágio. Determinamos que se protocolasse o requerimento. Solicitamos aos líderes partidários, para que indiquem os seus representantes, que será composta por sete membros.

Quero esclarecer ao Plenário, aos líderes partidários, que aguardo a indicação até o dia 10. Não ocorrendo a indicação esta Presidência fará a indicação dos membros.

Concedo a palavra, por quinze minutos, ao deputado delegado Bradock.

O SR. DELEGADO BRADOCK

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, meus senhores e minhas senhoras aqui presentes.

Acho que deveria haver uma CPI do Estado do Paraná. Todo assunto que vem a esta tribuna gira em

torno da corrupção. E quero fazer das minhas as palavras dos deputados Jocelito Canto e Barbosa Neto. A nossa segurança no Estado do Paraná é míope dos dois olhos, porque há muitos e muitos anos o governo não investiu na segurança. Para os senhores terem uma idéia, há dez anos atrás, o efetivo da Polícia Militar do Paraná era composto de 18 mil homens aproximadamente. De lá para cá a população cresceu 11,5% e o efetivo da Polícia Militar, hoje, é menos de 17 mil homens.

A Polícia Civil do Paraná há vinte anos atrás era de 5.740 homens e, hoje, não chega a três mil. Há uns anos atrás existiam 279 unidades da Polícia Civil para ser atendida - hoje, 729. Há casos no Paraná, em 206 municípios, que não há um funcionário da Polícia Civil, “cucão” ou “calças curtas”, que administram as delegacias de polícia. Com esse efetivo, com essa organização, é impossível fazer segurança. É impossível dar a presteza do atendimento àquele cidadão que trabalha no seu dia-a-dia. sem falar ainda, Jocelito, que nas delegacias do Estado do Paraná existem mais de cinco mil presos, amontoados como porcos. Quando fui delegado de Laranjeiras, tinham 202 presos na delegacia dessa cidade, com capacidade para 24.

E mais uma agravante: o delegado de polícia no interior do Estado tem que virar mendigo, instigado a virar corrupto porque tem que sair no mercado, na Prefeitura, na loja, pedir comida para os presos, que mandam para as delegacias hoje a 1,20 por dia para cada preso, ou seja 36,00 reais por mês. Mas, no passado também recente era 0,80 centavos. E daí vinha o cidadão aqui, na televisão, na imprensa e dizia que o preso custava 1.200 reais. Até hoje ninguém me respondeu onde está o resto do dinheiro, que com 24 reais não se dá de comer ao preso durante 30 dias. Então, obriga o delegado ou o “cucão” que lá está à frente da delegacia, a correr atrás de gasolina, comida para os presos, atrás de munição, que nem isso a Secretaria da Segurança fornece para os policiais.

Recentemente foram adquiridas 500 pistolas ponto 40, alguns receberam, mas os demais policiais não receberam, continua com 38, canela seca, Barbosa Neto, aqueles compridinhos, a munição antiga, se gastar não tem mais, então, a nossa segurança realmente é um des-caso, sem falar da desorganização e a falta de planejamento.

A Polícia Militar adquiriu há alguns anos atrás e os deputados mais antigos sabem disso, 338 jogues, a 4.088 cada uma. Pergunto aos senhores: Tem algum mandando por aí? Foram mais de 1 milhão e meio de custo, só na compra das jogings, sem falar do rádio, no giroflex e na pintura.

Foram construídos aqui em Curitiba 190 topes, teve um coronel inteligente que foi a Nova Iork e viu aquilo, achou bonito e trouxe para Curitiba a 2.300 cada um, não existe um funcionando. E as câmaras de vídeo que colocaram nas viaturas da PM? Não existe uma viatura com câmara de vídeo, aonde foi o dinheiro?

E as jaquetas? 17 mil jaquetas? Estão lá no Porto de Paranaguá, que foram importadas lá da Coréia, e que o Coronel, está certo foi condenado, mas as jaquetas estão lá, o Estado gastou dinheiro, como é que fica?

E aquela mudança da cor da farda, a jam dos comandantes da época, que se mudasse a cor da farda melhoraria o desempenho policial e diminuiria o crime, era cáqui para azul, azul petróleo, voltou a cáqui, e o crime subindo.

Então, senhoras deputadas, senhores deputados. É difícil você tocar uma segurança nesse estágio que está, não tem como. Aí aparecem aqueles atentados em Foz do Iguaçu, Londrina, Ponta Grossa, Guarapuava. Para os senhores terem uma idéia em Guarapuava, existe 500 mil habitantes naquela região da 14ª, existem 80 policiais civis.

É humanamente impossível. Eu era delegado de Laranjeiras atendia 8 cidades, não tinha delegado, e os meus investigadores eram todos babás de presos, porque lugar de preso não é na delegacia e na penitenciária, é nas casas de custódia, que o Lerner construiu e mal administrou. Tem uma em Ponta Grossa que está fechada, e que precisa urgentemente colocar em funcionamento. Dessa maneira fica difícil tocar a segurança.

Falou o deputado Jocelito Canto do IML. O problema não é do IML, não é só de Ponta Grossa, é do Paraná inteiro. Se morre alguém lá em Porto Barreiro leva 14 horas até mandar o corpo para Guarapuava no carro da funerária porque o IML não vai buscar para ir um médico fazer a necropsia, que por lei ele tem 6 horas, mas dura 12, 14 horas.

Ou dar um arrombamento na casa do cidadão, a lei manda que vá a polícia técnica para fazer o levantamento do local tirar impressões digitais, fotografar, não existe isso.

Agora se for na casa do Ingo Hübert, aí vai o IML, vai a criminalística fotografar, tirar digitais, não tem isso.

O nosso Estado está falido na parte da segurança. Ou o governador Requião investe na segurança pública como é para ser investido, contrata as pessoas, investe, treina, recicla o policial ou então fecha a porta e joga a chave fora!

Não adianta subir à tribuna e ficar malhando a Polícia, que a Polícia não faz nada, que a Polícia não corre atrás, que a Polícia não desenvolve nada. Claro que não desenvolve, não tem condições! Sem falar no despreparo dos policiais que, como já dei o exemplo, colocam o dinheiro público em situações vexatórias, como totens, coletes que não existem... estão, é necessário urgentemente criar uma Secretaria de Logística Operacional. Nada a ver com a Secretaria Operacional da Segurança Pública, tem que ser separada. O soldado que esteja lá na frente esteja recebendo o equipamento, esteja recebendo instruções da linha de trás para que ele possa combater o crime. Logicamente que os maus policiais têm que ser punidos, isso eu concordo, mas só se fala, aqui na tribuna, até agora, em crime organizado, mas aquelas mor-

tes que teve lá em Londrina, deputado Barbosa Neto, daqueles jovens, daquelas crianças, 24, 40 homicídios! Foz do Iguaçu, em novembro teve 82 homicídios no mês! Curitiba toda semana tem 15, 16! Isso aí não é crime organizado, isso é delinquência comum! Se você não atacar isso aí, esse pessoal vai ficar especializado, um dia vai fazer parte do crime organizado.

Então, não adianta vir aqui falar do crime organizado. A delinquência comum é que mata o cobrador de ônibus, mata o proprietário da farmácia, mata o dono do comércinho, assalta a casa do cara e leva a televisão dele! É a delinquência, é isso que está judiando do povo de Ponta Grossa, do povo de Londrina, de Curitiba, da região metropolitana!

Sem efetivo, sem determinação, sem objetivo não se consegue combater o crime. Não adianta falar bonito aqui que vou trazer o juiz não sei de onde, vou criar a operação não sei de quantas se as pessoas estão morrendo e não têm nada a ver com o crime organizado! É o crime comum que está tirando a vida de nossos filhos, de nossos irmãos!

Prestem bem atenção, senhores deputados, quando aparecer um projeto que visa melhorar a Segurança Pública, estudem com carinho, determinação e vejam se aquilo é viável, se for viável vamos votar a favor, porque a segurança sai caro mas a insegurança sai mais caro ainda!

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

No Grande Expediente, concedo a palavra ao deputado Elton Carlos Welter, por 15 minutos

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhor presidente, senhores membros da Mesa, senhoras deputadas, senhores deputados, senhoras e senhores, profissionais da imprensa, povo do Paraná.

Nossa primeira vez nesta tribuna, um orgulho muito grande de falar neste Parlamento, o qual já representei no Parlamento municipal, por 6 anos, como vereador.

Nossa representação pretende realmente orgulhar esta Casa, no sentido de se tornar um Parlamento realmente independente, como deve ser uma Casa de Leis. Já senti isso hoje na vontade política do presidente da Comissão de Redação, Hermes da Fonseca e agora na Presidência desta Sessão, companheiro Natalio Stica, membro da Mesa. espero que esta Casa realmente orgulhe o País com sua postura na mudança do Governo Lula e do Governo Requião do qual somos base de apoio e vamos, com certeza, colocar o Paraná nos trilhos, senhor presidente.

Vimos aqui para mudar, inclusive foi meu slogan, lá em Toledo houve uma mudança, conseguimos nossa eleição com a votação, também na região do deputado Duílio, que é adversário político mas não inimigo. Aqui pretendo ter um tratamento bom com todos os parlamen-

tares desta Casa, independente de ideologia partidária. Pautarei minhas ações, senhores e senhoras deputados, na fiscalização atenta de cada ato do Poder Executivo, mesmo sendo deputado de situação! Vamos fiscalizar, sim, dar atenção especial no gasto do dinheiro público!

Também trabalharei e empenhar-me-ei nas questões do planejamento do Estado, onde darei atenção especial nas Leis de Diretrizes Orçamentárias, que vem todo ano, no PPA que virá este ano e também na Lei Orçamentária. E nos códigos de diretrizes, que são votados nesta Casa. Como sou especializado na área do Planejamento do Desenvolvimento Urbano e Regional, gostaria muito que se observasse no Orçamento do Estado as peculiaridades regionais de acordo com a vocação local e regional e observando muito a questão cultural na elaboração de projetos e na votação do Orçamento.

Tenho certeza que vamos corrigir muitas distorções e faremos justiça nas políticas sociais.

Também buscarei com todo empenho fazer com que o ensino público seja prioridade sempre. E quero também que no Paraná as universidades tenham atenção especial. Na nossa região temos a Unioeste, sou filho daquela Universidade, é uma Universidade nova que precisa ser consolidada. Precisamos de uma atenção especial para a Unioeste e também para outras universidades.

E também como vou presidir o bloco agropecuário darei especial atenção à agropecuária do Paraná.

Senhor presidente e senhores deputados, com relação à agropecuária vou ler um texto que preparei.

(Lê):

“Os resultados das exportações paranaenses comprovam aquilo que sempre defendemos.

O segmento do agronegócio é, e certamente sempre será o mais importante setor da economia paranaense.

E nos sentimos honrados em poder representar o município de Toledo e a região Oeste do Paraná, que possui o maior valor bruto da produção agropecuária de nosso Estado.

Para se ter idéia dos recursos gerados em nossa região, os dados divulgados em 2002 do Deral - Departamento de Economia Rural, da Secretaria de Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná, mostram que a região Oeste do Paraná, considerando os núcleos de Toledo e Cascavel, foram responsáveis por mais de 3 bilhões de reais, que representam mais de 21% do valor bruto da produção agropecuária do Estado do Paraná.

Informações preliminares que serão divulgados nos próximos dias indicam valores superiores a quatro bilhões de reais, para o ano encerrado em 2002. Vejam senhores deputados... que tudo isto, sem grandes incentivos governamentais para instalação de novas empresas e com pouco apoio a produção familiar.

E o Governo Estadual sinaliza em dar mais atenção e atuar com mais coragem na defesa dos interesses que envolvem o setor agropecuário paranaense.

Somente apoiar a produção não é o suficiente. É premente a necessidade de o Governo apoiar missões

empresariais paranaenses para a ampliação de novos mercados para nossos produtos.

São parcerias necessárias que contribuirão para a geração de postos de trabalho, agregação de valor ao produto, que aumenta a renda das famílias e com isto possibilita incrementar o saudoso círculo virtuoso da economia com mais consumo, mais produção, mais postos de trabalho, mais renda e assim sucessivamente.

O governo Lula, senhores deputados e senhoras deputadas, criou a Secretaria Nacional da Pesca. E, quero chamar a atenção especial ao potencial que o Paraná tem, e queremos dar uma atenção especial neste momento, já que, estamos assumindo esse Bloco Agropecuário, e convocar a todos os deputados no empenho, na consolidação da criação de peixes em cativeiro, que é o caso da nossa região que tem um potencial fantástico.

Temos o centro de apicultura, deputado Ademir Bier, lá em Toledo. Temos na Universidade o curso de Engenharia da Pesca. E temos o maravilhoso Lago de Itaipu que pode ser potencializado com a implantação de tanques-rede e sermos grande expoente na criação de peixes e vamos dar atenção à questão do peixe ligada à questão do litoral.

Nós somos um potencial fantástico nessa área. O próprio Lula disse, na posse do diretor da Itaipu Binacional- Samek, que o Lago poderia produzir muito mais do que energia e exemplificou com uma criação intensiva de peixes em tanques- rede. Portanto, uma atividade econômica que pode ser expandida com muita propriedade, com políticas públicas voltadas ao peixe e vamos buscar junto ao José Fritz nosso ministro da pesca.

Tenho a certeza que Lula está com a razão porque ao mesmo tempo em que ele se preocupa com a fome que assola parcela significativa da população, sua sensibilidade acena para a necessidade de melhor utilização dos nossos fatores de produção, no caso, o peixe, abundante na região, com recursos naturais, força de trabalho, recursos financeiros que viabilizem esta idéia, serão conquistados com o empenho desta Casa.

A criação de peixes em tanques-rede do tipo tela, no Lago de Itaipu respeitando as necessidades ambientais para as gerações futuras, poderá dobrar o valor bruto da produção do segmento do pescado em nosso Estado no prazo, se operarmos essas políticas.

Mas, não é só de valores que se pode referenciar. Podemos falar de 834 mil empregos diretos e 2,5 milhões de empregos indiretos já existentes e que poderão ser ampliados em mais 150 mil empregos diretos e 400 mil indiretos nos próximos 4 anos segundo dados fornecidos pela Secretaria Nacional da Pesca.

No dia 7 de março o ministro da Pesca virá ao Paraná. Será um momento ímpar para colocarmos todo esse potencial. Na Câmara Federal, a deputada federal Selma Sontz já buscou a criação do Bloco da Pesca e aqui no Paraná, nós com o Bloco Agropecuário, vamos dar uma atenção especial na pesca também.

Temos consciência de que o nosso mandato extrapola a região oeste e queremos que este sempre esteja a serviço das pessoas de bem deste Estado e que queiram o desenvolvimento repartido com especial atenção aos pobres e oprimidos que são os que mais necessitam da nossa atenção, mas para resgatar a importância do setor agropecuário paranaense é significativo lembrar que a emancipação do Paraná em relação à 5ª Província do Estado de São Paulo, em 19-12-1853 deveu-se ao crescimento da indústria ervateira na metade do Século XIX que exportava milhares de toneladas de erva mate para a Argentina.

Observem que neste ano de 2003 o Paraná estará comemorando 150 anos de emancipação e neste momento, quando pela primeira vez ocupamos esta tribuna, queremos registrar e render justa homenagem e necessário reconhecimento a todos os segmentos das cadeias produtivas dos produtos agropecuários paranaenses, incluindo aqui, Lideranças das entidades de representação dos vários segmentos do setor como Faep, Fetaep, Ocepar, Cooperativas de assentamentos e reassentamentos, Cooperativas de crédito rural e associações de classe, sindicatos, mas sem dúvida nenhuma, e especialmente aos agricultores, categoria da qual faço parte, pois são eles os responsáveis pela produção de alimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

No Horário da Liderança do PDT, concedo a palavra ao deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Queria fazer um pedido a V. Exa. que solicitasse à assessoria da mesa, para que pudesse colocar para apreciação, um veto originário de um projeto que tenho e que foi aprovado nesta Casa por unanimidade, ano passado, e o governador Jaime Lerner vetou. Esse projeto é baseado numa experiência de Londrina, na Universidade Estadual de Londrina, e numa experiência em um colégio estadual público de 2º grau em Pato Branco. Coloca a criação de cursinhos preparatórios gratuitos para estudantes carentes de 2º grau. Um projeto extraordinário, discutido inclusive na eleição presidencial. Ele foi vetado pelo governador e está em condições de apreciação de veto.

Então, gostaria que V. Exa. solicitasse à Mesa para tomar as providências e logo após o carnaval pudessemos apressar esse veto.

Também quero parabenizar o deputado Elton Welter pelo seu pronunciamento, o primeiro na Casa. Rendo aqui as minhas homenagens, como aos demais deputados que estréiam nesta Assembléia e também aproveitar para me colocar à disposição para colaborar com o Bloco Parlamentar Agropecuário pela dedicação que tenho a esta área, a este trabalho, pelas vezes que participei. Inclusive junto com o deputado Orlando Pessuti, hoje nosso vice-governador e Secretário da Agricultura.

Acho que é uma área extraordinariamente importante para o Paraná e fundamentalmente importante para a discussão dentro desta Casa.

V. Exa, como presidente, pode contar com o nosso apoio, além de parlamentar que somos, também como engenheiro agrônomo, tenho a obrigação de ajudar, de colaborar com aquilo que for necessário com o Bloco Parlamentar Agropecuário.

Agradeço a oportunidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Informamos ao deputado Augustinho Zucchi, que, segundo informação, o presidente Hermas Brandão colocará diversos vetos para apreciação deste Plenário nas Sessões após o carnaval.

No horário da Liderança do PFL, concedo a palavra ao deputado Rafael Greca por 5 minutos.

O SR. RAFAEL GRECA

Senhor presidente, senhores deputados.

Os jornais de hoje trazem a manifestação dos alunos da Escola de Música e Belas Artes do Paraná pedindo o uso do antigo prédio do Museu de Arte Contemporânea do Estado, na Praça Zacarias. Parece ser de bom tom que esta Assembléia e o governo do Estado e também a Secretaria da Cultura apóiem o pleito dos professores e dos alunos. Não tem por quê se conservar o Museu de Arte Contemporânea: pequeno, exíguo, acanhado no centro da cidade, quando existe, agora, o dantesco, colossal Museu Oscar Niemayer aqui no Centro Cívico. Curitiba não precisa de mais nenhum museu, depois do Museu Oscar Niemayer. Aliás, vão se cumprir várias gerações até que se preencha o espaço de 150 mil metros quadrados do Museu Oscar Niemayer. Então que se dê espaço para a Escola de Música e Belas Artes, que funciona há mais de 70 anos, talvez 90, na Rua Emiliano Pernet, apertada, em cubículos, que se dê espaço para música, para os atelier de música, para os atelier de desenhos, de pintura, escultura, que se dê aos alunos e aos professores um espaço do Museu de Arte Contemporânea. E não tem por quê não continuar aberto ao público, o prédio da Praça Zacarias, inclusive com uma Galeria de Artes voltada para a Educação.

Um outro assunto que quero abordar aqui é sobre as Alças do Viaduto do Contorno Leste de Curitiba. Parece-me um contra-senso que não se tenham feito as alças do viaduto sobre a Rodovia Leopoldo Jacomel no acesso entre Curitiba-Pinhais e Piraquara. A PR-415 não tem acesso ao Contorno Leste de Curitiba. É de se perguntar - diante do DNER, diante do governo federal, o que tem de qualidade os moradores de Quatro Barras e os de São José, que não tem os de Pinhais e os de Piraquara. Porque é que Piraquara teve a desapropriação do terreno para as alças do viaduto e por que é que elas não foram construídas. Será que comeram também o dinheiro das alças do viaduto do Contorno Leste de Curitiba? Não

venham com essa história de que não é bem tráfego, porque o projeto previa a construção das alças, fizeram agora uma picada do tempo dos tropeiros, tanto no acesso que vai, como o acesso que volta, perigosíssima, mantida a surrelfia, se não me engano pela Prefeitura de Piraquara, mas que logo vai causar um gravíssimo acidente fatal. Porque uma Rodovia A-1, não pode ter um acesso por uma picada, que pode servir para mulas, mas não pode servir para um acesso de ligação de uma PR, de uma grande rodovia.

Depois o povo de Pinhais e de Piraquara, tem que ir ao Ceasa, ao Aeroporto, merece ir ao Norte do Estado. Parece-me que se o governo federal não o fizer, o governo do Estado deve fazê-las. São duas alças. São duas alças muito simples, é uma obra muito barata, e a ligação de Pinhais e de Piraquara com qualquer bairro de Curitiba, fica extremamente facilitada se essas alças forem feitas.

Então fica o meu registro neste Horário da Liderança do meu Partido, na ausência do Líder.

Concedo o aparte ao deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Nobre deputado Rafael Greca.

Recordo-me que V. Exa. era prefeito de Curitiba, portanto, quando se discutia o Contorno Leste, V. Exa. fala com autoridade de quem conhece e que se existir efetivamente no projeto, não há razão, quero concordar 100% com V. Exa., não há razão, dada a discriminação dada pelo DNER, a esses municípios.

Quero nesse aparte, me somar a V. Exa., e solicitar ao governador que interfira junto ao governo federal, junto ao DNER, para que esse problema seja solucionado, porque V. Exa. está correto na reivindicação que faz.

Muito obrigado!

O SR. RAFAEL GRECA

E não venham com essa bobagem que invade áreas de mananciais, que naquele lugar chamado Nossa Senhora dos Remédios da Laranjeira, não tem nenhum acesso, está a alguns quilômetros do rio Piraquara e do rio Iraí, onde se captam as águas que dão de beber a Curitiba. Aliás não há esse prurido do Ministério Público, quando deixam criar ocupações, que vão deixar dejetos ou esgotos sobre a água que nós bebemos.

Então, uma alça de viaduto não traz problema nenhum ao Contorno Leste de Curitiba, Pinhais e Curitiba, merecem esse acesso.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Horário destinado à liderança do PSDB.

(Declina)

Horário destinado ao PSB. Concedo a palavra ao deputado Ratinho Júnior.

O SR. RATINHO JÚNIOR

Exmo. Sr. presidente, demais integrantes da Mesa, colegas deputados e deputadas, autoridades presentes, senhoras e senhores:

Com emoção, honra e elevado espírito democrático falo pela primeira vez na tribuna desta conceituada Casa de Leis.

Venho trazendo na alma e no pensamento o desejo e o aval de mais de cento e oitenta e nove mil paranaense que em mim depositam esperança e credibilidade. Pessoas humildes e trabalhadoras de todos os cantos deste nosso querido Paraná. Carrego comigo a responsabilidade e o orgulho de levar adiante, junto com meus companheiros de bancada, Dr. Luciano, Reni Pereira, a bandeira do PSB. Um partido com quase 50 anos de história no Brasil. Uma história construída com respeito e luta democrática, por Lideranças notáveis.

Ao iniciarmos esse novo período de legislatura devemos levar em conta que todo recomeço significa esperança!!!

O Brasil vive um momento de profunda ansiedade, e no Paraná não pode ser diferente. O processo democrático que nos conduz a esta tribuna é traduzido em puro orgulho pelos homens de bem deste país. Porém, é preciso cada vez mais, termos em mente, que o distanciamento do clamor popular pode, em pouco transformarmos de eleitos em desafetos.

O nosso partido PSB - Partido Socialista Brasileiro, bem como nossa bancada é o que melhor traduz este momento em que vivemos, renovação total, gente nova fazendo política por opção. Nós do PSB, não seremos nem oposição nem situação, teremos sempre posição na defesa dos projetos que interessam aos mais humildes. Três deputados é a nossa bancada; é pequena, porém grande é o nosso desejo de acertar sempre em nossas decisões.

O compromisso que assumimos agora, é compromisso com a verdade e com a justiça. A miséria que ronda o mundo, aqui também está presente; a fonte e o desemprego, flagelos da humanidade acontecem também em nosso Estado, mas nem por isso o Paraná deixa de ser um Estado de oportunidades, basta querermos; e é isso senhoras e senhores, o que o PSB quer: ajudar a construir.

E neste momento podemos afirmar que os únicos interesses que podem nos movimentar é o desejo de defendermos, intransigentemente a vontade do povo do Paraná. Esse sim é o nosso grande aliado, o povo do Paraná. Temos muito a aprender com a experiência e a sabedoria dos nossos companheiros deputados. Nossa vontade, determinação dedicação e sensibilidade, estarão sempre à disposição quando a causa for o bem da maioria da população. Seremos sempre defensores dos que mais precisam e estaremos sempre ao lado da comunidade. Nossa postura será a do bom senso, da serenidade, da solidariedade. No entanto seremos firmes, independentes e intransigentes na defesa dos interesses do povo paranaense.

Ao iniciar nossa nobre missão que nos foi delegada, queremos reafirmar as propostas e os compromissos que assumimos, temos plena consciência do nosso dever. Não fuçamos dele, não abrimos mão. Amamos demais nossa gente, o nosso chão. Que a vontade popular impere e a prioridade seja o cidadão.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Horário da Oposição.

(Declina)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo deputado Jocelito Canto, constante do expediente, comunicando sua filiação ao PTB - Partido Trabalhista Brasileiro no dia 22 de fevereiro passado. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo deputado Ratinho Júnior, na qualidade de líder do PSB, constante do expediente, indicando os nomes dos deputados suplentes das Comissões Permanentes, como segue:

Comissão de Constituição e Justiça: Ratinho Júnior

Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio: Luciano Ducci

Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicações: Luciano Ducci

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: Luciano Ducci

Comissão de Saúde Pública: Ratinho Júnior

Comissão do Mercosul: Ratinho Júnior.

À Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento nº 177, de autoria da deputada Elza Correia, com apoio dos deputados Delegado Braddock, Tadeu Veneri, José Maria Ferreira, Natálio Stica e demais deputados, constantes do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, composta por 09 (nove) membros e com prazo de duração regimental de 120 (cento e vinte) dias, para apurar assuntos referentes à Copel - Compra e venda de ações da Sercomtel no ano de 1998 - Compra de energia elétrica pela Cien e outros - Prejuízos com a horizontalização da Copel - Participação e constituição em todas as subsidiárias - Compra e venda de títulos e créditos tributários- **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 178, de autoria dos deputados Nelson Tureck Francisco Buhner, Elton Carlos Welter, Hermes Fonseca e demais deputados, constante do expediente, solicitando a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, constituída por 11 (onze) membros e com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, para

investigar e apurar denúncias de corrupção nas ações e/ou omissões do Governo Estadual e de terceiros favorecidos, em relação a Banco do Estado do Paraná - Banestado. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 179, de autoria dos deputados Natálio Stica, Francisco Buhner, Reni Pereira, Marcos Isfer e demais deputados, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito- CPI, composta por 07 (sete) membros, com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, para apurar possíveis irregularidades nos procedimentos de Concessão, Privatização, Pedágio e Contratos das rodovias estaduais e federais que cortam o Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 180, de autoria dos deputados Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Neivo Beraldin, Augustinho Zucchi e demais deputados, constante do expediente, solicitando a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, para proceder as investigações na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - Sedu, sobre contratos, financiamentos e repasses do programa Paranaidade. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 181, de autoria dos deputados Jocelito Canto, Natálio Stica, Ademir Bier, Mauro Moraes e demais deputados, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, composta por 07 (sete) membros e com prazo de duração regimental de 120 (cento e vinte) dias para apurar assuntos referentes a 1ª Edição dos Jogos da Natureza. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em nº 03 (três) de autoria do deputado André Vargas, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do deputado Natálio Stica, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Chico Noroeste, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro), de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Élio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Luciano Ducci, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Augustinho Zucchi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da deputada Arlete Caramês, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Sobre a mesa, requerimento nº 137 de autoria do deputado Luciano Ducci, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 141 e 161, de autoria do deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 142, 143 e 160, de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 145 e 157, de autoria do deputado Artagão Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 147, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 148, de autoria do deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 149, de autoria do deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 150, de autoria do deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº152, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 162, 163 e 165, de autoria do deputado Chico Noroeste, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº169, de autoria do deputado Nelson Justus constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº170, de autoria dos deputados Elton Carlos Welter, Luciana Rafagnin - Líder do PT, Antonio Anibelli- Líder do PMDB, Plauto Miró Guimarães - Líder do PFL e demais deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 171 e 172, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 173, de autoria do deputado Nelson Justus constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 182, de autoria do deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Agradecemos as presenças neste Plenário no dia de hoje, do ex-deputado Edno Guimarães, da vereadora Sandra Aparecida Klebis Moreira, de Sarandi, e do vereador Reinaldo Gonçalves também da cidade de Sarandi.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, informando aos senhores parlamentares que dia 27, quinta-feira, será destinado às Comissões Internas.

Marco ainda uma sessão ordinária para o dia 10 de março, segunda-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 142/2002, 001, 002, 003, 004, 005, 006 e 007/2003.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 054/2003

Aposentar compulsoriamente, a partir de 31 de julho de 2002, data em que completou a idade limite constitucional, ROBERTO NOVAES, matrícula nº 130, funcionário do Quadro de Pessoal desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Legislativo "A", nos termos do inciso II, do parágrafo 1º do artigo 40 da Constituição Federal, com proventos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, acrescidos da gratificação de vinte por cento (20%) inerentes à simbologia DAS-4, tendo em vista haver adquirido seu direito antes da vigência da Lei nº 9.937/92; três (03) triênios, de acordo com o artigo 4º e parágrafo 1º, da Resolução nº 02/64 e da Proposição nº 66/83; três (03) quinquênios, de acordo com o artigo 170 e seu parágrafo único, da Lei nº 6.174/70, calculados em conformidade com a Resolução nº 7.894/91, do Tribunal de Contas do Estado; e cem por cento

(100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o artigo 1º, da Lei nº 6.794/76, com nova redação dada pelo artigo 6º, da Lei Complementar nº 21/84 e conforme o que dispõe o Decreto Legislativo nº 229/85, resultando em proventos de inatividade, conforme cálculos de fls. 12, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, desta Casa.

(Prot. nº 9315/2002)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 055/2003

Conceder à MARIA LILIAN D'AMARAL BORCHARDT, matrícula nº 105, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de Taquígrafo Revisor "A", nível NU-4, referência II, de acordo com o artigo 247, da Lei nº 6.174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o 2º quinquênio compreendido entre 11 de novembro de 1992 e 11 de novembro de 1997. O pedido de licença deverá ser marcado pela requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, seguindo o estabelecido no artigo 250 e parágrafo único, da supra citada Lei nº 6.174/70.

(Prot. nº 9406/2002)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 056/2003

Conceder a EVA CONSTANTIUUK, matrícula nº 40694, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada na Coordenadoria de Serviço Médico, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1997 e 21 de dezembro de 2002 nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6.174/70, e conforme a Resolução nº 002/2002. O pedido de licença deverá ser marcado pela requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, seguindo o estabelecido no artigo 250 e parágrafo único, da supra citada Lei nº 6.174/70.

(Prot. nº 10330/2002)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 057/2003

Conceder a VINICIUS SIMONEI MOREIRA, matrícula nº 40948, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada na Diretoria de Plenário, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1997 e 21 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei 6.174/70 e conforme a Resolução nº 002/2002. O pedido de licença deverá ser mar-

cado pela requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, seguindo o estabelecido no artigo 250 e parágrafo único, da supra citada Lei nº 6.174/70.

(Prot. nº 120/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 058/2003

Conceder a LUSMARI TEREZINHA MACHADO, matrícula nº 40521, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada na Coordenadoria de Expediente e Arquivo, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1997 e 21 de junho de 2002, antecipado em razão da incorporação do quinquênio anterior, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6.174/70. O pedido de licença deverá ser marcado pela requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, seguindo o estabelecido no artigo 250 e parágrafo único, da supra citada Lei nº 6.174/70.

(Prot. nº 328/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 059/2003

Conceder aposentadoria, a pedido, a OLGA POPOVITCH, matrícula nº 319, ocupante do cargo de Procurador, NU-1, 3ª Classe, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, amparado pelo artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98, e nos termos do artigo 40, parágrafo 1º, inciso III e parágrafo 3º, da Constituição Federal, combinado com o artigo II da Resolução nº 52/89, e artigo 2º da Lei Estadual nº 8.425/86, com proventos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, acrescidos de verba de representação, de acordo com o artigo 3º, da Lei nº 8.198/85, e de trinta e cinco por cento (35%) referentes a sete (07) adicionais, conforme o inciso VIII, do artigo 37, da Lei Complementar nº 40/81, e artigo 1º da Lei Complementar nº 42/88, que incluiu parágrafo único vedando gratificação quinquenal diferente da estabelecida, observando-se o que dispõe o inciso XIV, do artigo 37, da Constituição Federal, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 13, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, desta Casa.

(Prot. nº 363/2003)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 28.01.2003

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 060/2003

Conceder aposentadoria, a pedido, a LÍDIA MUCHINSKI, matrícula nº 487, ocupante do cargo de Procurador, NU-1, 3ª Classe, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, amparado pelo artigo 3º,

da Emenda Constitucional nº 20/98, e nos termos do artigo 40, parágrafo 1º, inciso III e parágrafo 3º, da Constituição Federal, combinado com o artigo II da Resolução nº 52/89, e artigo 2º da Lei Estadual nº 8.425/86, com proventos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, acrescidos de verba de representação, de acordo com o artigo 3º, da Lei nº 8.198/85, e de trinta e cinco por cento (35%) referentes a sete (07) adicionais, conforme o inciso VIII, do artigo 37, da Lei Complementar nº 40/81, e artigo 1º da Lei Complementar nº 42/88, que incluiu parágrafo único vedando gratificação quinquenal diferente da estabelecida, observando-se o que dispõe o inciso XIV, do artigo 37, da Constituição Federal, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 11, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, desta Casa.

(Prot. nº 351/2003)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 06.02.2003

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para presidente e vice-presidente, presidida na forma regimental pelo deputado Natálio Stica, vice-presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou instalada a comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos deputados Hermes Fonseca e Antonio Anibelli para presidente e vice-presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o deputado Hermes da Fonseca, agradeceu a especial deferência de seus nobres pares. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, diretor Legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) NATÁLIO STICA - 1º vice-presidente
DELEGADO BRADOCK, ANTONIO ANIBELLI, LUCIANO DUCCI, DURVAL AMARAL, NELSON JUSTUS, DUÍLIO GENARI, HERMES FONSECA, ELTON CARLOS WELTER, TADEU VENERI, CHICO NOROESTE, NEIVO BERALDIN, JOSÉ MARIA FERREIRA, JOCELITO CANTO, ADEMAR TRAIANO, MARCOS ISFER.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões da Presidência, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem a Comissão de Finanças, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para presidente, presidida na forma regimental pelo deputado Natálio Stica, 1º vice-presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos no nome do deputado Élio Rusch para presidente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o deputado Élio Rusch agradeceu a especial deferência de seus nobres pares. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) NATÁLIO STICA - 1º Vice-Presidente DOBRANDINO DA SILVA, ÉLIO RUSH, CIDA BORGHETTI, ANDRÉ VARGAS, VANDERLEI IENSEN, MARCOS ISFER, ADEMAR TRAIANO.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para presidente e vice-presidente, presidida na forma regimental pelo deputado Natálio Stica, vice-presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos deputados Ademir Bier e Marcos Isfer para presidente e vice-presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o deputado Ademir Bier agradeceu a especial deferência de seus nobres pares. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) NATÁLIO STICA - 1º Vice-Presidente ADEMIR BIER, MARCOS ISFER, DURVAL AMARAL, FERNANDO RIBAS CARLI, ANDRÉ VARGAS, JOSÉ MARIA FERREIRA, ADEMAR TRAIANO.

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para presidente e vice-presidente, presidida na forma regimental pelo deputado Natálio Stica, vice-presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos deputados Plauto Miró Guimarães e Artagão Júnior para presidente e vice-presidente respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o deputado Plauto Miró Guimarães agradeceu a especial deferência de seus nobres pares. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) NATÁLIO STICA - 1º Vice-presidente ARTAGÃO JÚNIOR, RATINHO JÚNIOR, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, MILTINHO PUPIO, PEDRO IVO ILKIV, VANDERLEI IENSEN, FRANCISCO BÜHER.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para presidente, presidida na forma regimental pelo deputado Natálio Stica, vice-presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos no nome do deputado José Maria Ferreira para presidente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o deputado José Maria Ferreira agradeceu a especial deferência de seus nobres pares. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, diretor Legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) NATÁLIO STICA - 1º Vice-Presidente ELZA CORREIA, RATINHO JÚNIOR, RAFAEL GRECA, MILTINHO PUPIO, ELTON CARLOS WELTER, JOSÉ MARIA FERREIRA, NELSON TURECK.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para presidente, presidida na forma regimental pelo deputado Natálio Stica, vice-presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes do deputado Tadeu Veneri para presidente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o deputado Tadeu Veneri agradeceu a especial deferência de seus nobres pares. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu Severo Olimpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) NATÁLIO STICA - 1º Vice-presidente
ALEXANDRE CURI, RATINHO JÚNIOR,
RAFAEL GRECA, CIDA BORGHETTI, TADEU
VENERI, BARBOSA NETO, NELSON
TURECK.

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para presidente, presidida na forma regimental pelo deputado Natálio Stica, vice-presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos no nome do deputado Vanderlei Iensen para presidente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o deputado Vanderlei Iensen agradeceu a especial deferência de seus nobres pares. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) NATÁLIO STICA - 1º Vice-presidente
ADEMIR BIER, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES,
FERNANDO RIBAS CARLI, LUCIANA
RAFAGNIN, VANDERLEI IENSEN, FRAN-
CISCO BÜHRER, MARCOS ISFER.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reu-

niram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para presidente e vice-presidente, presidida na forma regimental pelo deputado Natálio Stica, vice-presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos no nome do deputado Luciano Ducci. Assumindo o cargo para o qual eleito, o deputado Luciano Ducci agradeceu a especial deferência de seus nobres pares. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) NATÁLIO STICA - Vice-Presidente
ALEXANDRE CURI, LUCIANO DUCCI, NEL-
SON JUSTUS, DUÍLIO GENARI, PADRE
PAULO, VANDERLEI IENSEN, NELSON
TURECK.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para presidente, presidida na forma regimental pelo deputado Natálio Stica, vice-presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos no nome do deputado Ademar Traiano. Assumindo o cargo para o qual eleito, o deputado Ademar Traiano agradeceu a especial deferência de seus nobres pares. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) NATÁLIO STICA - 1º vice-presidente,
ALEXANDRE CURI, NELSON JUSTUS, CIDA
BORGHETTI, ELTON CARLOS WELTER,
MARCOS ISFER, NEIVO BERALDIN, ADE-
MAR TRAIANO

COMISSÃO DE TURISMO

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para presidente, presidida na forma regimental pelo deputado Natálio Stica, vice-

presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos no nome do deputado Dobrandino da Silva para presidente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o deputado Dobrandino da Silva agradeceu a especial deferência de seus nobres pares. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) NATÁLIO STICA - 1º vice-presidente, DOBRANDINO DA SILVA, RAFAEL GRECA, FERNANDO RIBAS CARLI, HERMES FONSECA, VANDERLEI IENSEN, ADEMAR TRAIANO E CARLOS SIMÕES.

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para presidente, presidida na forma regimental pelo deputado Natálio Stica, vice-presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos no nome do deputado Waldir Leite para presidente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o deputado Waldir Leite agradeceu a especial deferência de seus nobres pares. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) NATÁLIO STICA - 1º vice-presidente, ELZA CORREIA, NELSON JUSTUS, FERNANDO RIBAS CARLI, PADRE PAULO, WALDIR LEITE, RENATO GAÚCHO E FRANCISCO BÜHRER.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e três, na sala de reuniões das comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para presidente, presidida na forma regimental pelo deputado Natálio Stica, vice-presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou instalada a comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos no nome do

deputado Delegado Bradock para presidente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o deputado Delegado Bradock agradeceu a especial deferência de seu nobres pares. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) NATÁLIO STICA - 1º vice-presidente, DELEGADO BRADOCK, DURVAL AMARAL, MILTINHO PUPIO, TADEU VENERI, BARBOSA NETO, ADEMAR TRAIANO E CARLOS SIMÕES.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para presidente, presidida na forma regimental pelo deputado Natálio Stica, vice-presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos no nome do deputado Duílio Genari para presidente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o deputado Duílio Genari agradeceu a especial deferência de seus nobres pares. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) NATÁLIO STICA - 1º vice-presidente, ANTONIO ANIBELI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, DUÍLIO GENARI, ÂNGELO VANHONI, JOSÉ MARIA FERREIRA, NELSON TURECK E CARLOS SIMÕES.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para presidente, presidida na forma regimental pelo deputado Natálio Stica, vice-presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos no nome do deputado Neivo Beraldin para presidente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o deputado Neivo Beraldin agra-

deceu a especial deferência de seus nobres pares. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) NATÁLIO STICA - 1º vice-presidente, ARTAGÃO JÚNIOR, ELIO RUSCH, DUÍLIO GENARI, ANDRÉ VARGAS, NEIVO BERALDIN, NELSON TURECK E WALDIR LEITE.

COMISSÃO DE MERCOSUL

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para presidente, presidida na forma regimental pelo deputado Natálio Stica, vice-presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos no nome do deputado Fernando Ribas Carli para presidente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o deputado Fernando Ribas Carli agradeceu a especial deferência de seus nobres pares. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) NATÁLIO STICA - 1º vice-presidente, ARTAGÃO JÚNIOR, LUCIANO DUCCI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, FERNANDO RIBAS CARLI, HERMES FONSECA, JOSÉ MARIA FERREIRA, ADEMAR TRAIANO.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para presidente, presidida na forma regimental pelo deputado Natálio Stica, vice-

presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos no nome do deputado Francisco Bühler para presidente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o deputado Francisco Bühler agradeceu a especial deferência de seus nobres pares. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) NATÁLIO STICA - 1º vice-presidente, DELEGADO BRADOCK, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, CIDA BORGHETTI, PEDRO IVO ILKIV, NEIVO BERALDIN, FRANCISCO BÜHRER E AILTON ARAÚJO.

COMISSÃO DOS ALIMENTOS

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para presidente, presidida na forma regimental pelo deputado Natálio Stica, vice-presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos no nome do deputado Ailton Araújo para presidente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o deputado Ailton Araújo agradeceu a especial deferência de seus nobres pares. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) NATÁLIO STICA - 1º vice-presidente, ADEMIR BIER, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, MILTINHO PUPIO, PEDRO IVO ILKIV, AILTON ARAÚJO, RENATO GAÚCHO E NELSON TURECK.